



SME - PE

SME SÃO LOURENÇO DA MATA - PERNAMBUCO

Professor Multidisciplinar-
Educação infantil

EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2024

CÓD: SL-088JL-24
7908433262732

Língua Portuguesa

1. Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados (literários e não literários)	9
2. Escrita de frases com correção e adequação a distintas situações comunicativas.....	11
3. Noções de semântica: antônimos e sinônimos, sentido próprio e figurado.....	12
4. Emprego adequado de pontuação.....	13
5. Emprego das diversas classes de palavras (substantivo, artigo, adjetivo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição, conjunção e interjeição)	15
6. Concordância	24
7. regência verbal e nominal.....	25
8. Colocação pronominal	28
9. Emprego de sinais gráficos e do acento grave indicativo da crase.....	28

Legislação Específica

1. Constituição Federal de 1988 - Capítulo III, Seção I - da Educação	37
2. Lei nº 9.394/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e suas alterações	40
3. Resolução nº 05 de 17 de dezembro de 2009 - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.....	57
4. Resolução CNE/CP nº 02/2017, que institui a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).....	59
5. Lei Federal nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente. Artigos 53 a 59 e 136 e 137.....	65
6. Lei nº 13.146/2015 - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)	67
7. Leis nº 10.639/03 e 11.645/2008 – História e Cultura Afro- Brasileira e Indígena	85
8. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos – 2007.....	85
9. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico- Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro- Brasileira e Africana	85
10. Legislação Municipal: Lei Complementar nº 001/2024, que institui o Plano de Carreira do Magistério da Rede Municipal de Ensino de São Lourenço da Mata.....	95

Fundamentos da Educação

1. Concepções e tendências pedagógicas contemporâneas;.....	105
2. relações socioeconômicas e político-culturais da educação;.....	107
3. educação em direitos humanos, democracia e cidadania;	108
4. a função social da escola;	108
5. inclusão educacional e respeito à diversidade.....	113
6. Didática e organização do ensino	114
7. Saberes, processos metodológicos e avaliação da aprendizagem.....	118
8. Novas tecnologias da informação e comunicação, e suas contribuições com a prática pedagógica.....	118
9. Projeto político-pedagógico da escola e o compromisso com a qualidade social do ensino.....	119
10. Gestão escolar democrática e participativa	126
11. Base Nacional Comum Curricular: Ensino Infantil e Ensino Fundamental	126

Educação infantil

1. A Educação Infantil na BNCC.....	171
2. A Educação Infantil no Currículo do Estado de Pernambuco	171
3. Fundamentos de Educação Infantil.....	172
4. Aspectos Pedagógicos: saberes e fazeres na Educação Infantil	174
5. Experiências escolares	175
6. Espaços, tempos e materiais.....	179
7. A criança como foco do processo educativo.....	180
8. Valorização da diversidade.....	184
9. Promoção da igualdade étnico-racial.....	186
10. Inclusão da criança com deficiência.....	187
11. Interação com famílias e comunidade	194
12. A criança como sujeito competente e de direitos.....	195
13. A Infância de 0 a 5 anos de idade: as múltiplas infâncias na Educação Infantil	200
14. A organização por ciclos na Educação Infantil	204
15. O primeiro ciclo da Educação Infantil - crianças de 0 a 2 anos	209
16. O segundo ciclo da Educação Infantil - crianças de 3 a 5 anos de idade.....	212
17. Indicadores da Qualidade na Educação Infantil	214

Língua Portuguesa - Específicos

1. Conhecimentos essenciais para o processo de letramento e alfabetização na Língua Portuguesa.....	223
2. Produção de gêneros orais	224
3. Cultura escrita.....	225
4. Leitura: concepção, competência leitora, estratégias e práticas	226
5. Apropriação do sistema de escrita alfabético/ortográfico.....	227
6. Produção de textos: concepção, tipos e estratégias	228
7. Variedade linguística: preconceito linguístico.....	230
8. Norma culta e norma-padrão	231
9. Língua e linguagem: conhecimentos pragmáticos, conhecimentos discursivos, conhecimentos textuais, conhecimentos gramaticais e conhecimentos notacionais	232
10. Capacidades, procedimentos e comportamentos de produção, leitura de textos orais e escritos	233
11. Modalidades didáticas para o ensino de produção de textos: reconto, reescrita e produção textual coletiva, escrita de texto que se sabe de memória, reescrita de texto, reescrita com modificações, produção de partes dos textos que não se conhece, texto de autoria	234
12. Análise linguística: características dos textos e gêneros.....	234
13. Coesão, coerência, segmentação.....	236
14. Aspectos semânticos e lexicais	237
15. Aspectos gráficos	238
16. Variação linguística	240

ÍNDICE

17. Morfologia	240
18. Sintaxe	241
19. Fonologia	244
20. Ortografia	245
21. A criança de 6 anos, a linguagem escrita e o Ensino Fundamental de nove anos	246

Matemática

1. Concepção e competências específicas da Matemática nos anos iniciais do ensino fundamental	253
2. Alfabetização e letramento matemático. Apropriação do conceito de número e do sistema de numeração decimal, pensamento numérico	278
3. Estratégias no Ensino de Matemática: resolução de problemas, tarefas investigativas e utilização de tecnologias digitais; Etnomatemática, reflexões sobre a natureza e evolução histórica do pensamento matemático, do ponto de vista cognitivo, histórico, social e pedagógico	281
4. Funções dos números naturais: quantificar, ordenar, comparar, medir e codificar, operações aritméticas, procedimentos de cálculo, proporcionalidade, ordem e representação	290
5. Geometria; Noções espaciais: localização, movimentação e representação, figuras geométricas: identificação, classificação, diferenciação e planificação; perímetro e área	291
6. Grandezas e Medidas; Unidades de medida: massa, comprimento, capacidade, tempo, medidas padronizadas e não padronizadas e estimativas	297
7. Sistema monetário	302
8. Probabilidade e Estatística: ideias de acaso em situações do cotidiano. Dados: coleta, leitura, seleção, interpretação, representação, comparação em tabelas e gráficos	304
9. Comunicação de dados de pesquisa: produzir textos e solucionar problemas a partir de dados coletados e produzidos	312
10. Álgebra: desenvolvimento do pensamento algébrico	312
11. Padrões de regularidades numéricos ou figurais, regras de formação de sequência numérica ou figural: ampliação, construção, identificação e descrição	313
12. Proporcionalidade	314
13. Eixos Articuladores: jogos e brincadeiras	316

Ciências da Natureza

1. O ensino de ciências naturais nos anos iniciais: concepções, capacidades/habilidades; estratégias e práticas	323
2. Matéria e energia: características e propriedades dos materiais; transformações reversíveis e não reversíveis; misturas; cadeias alimentares simples	324
3. Ciclo hidrológico	328
4. Consumo consciente e reciclagem	329
5. Vida e evolução: corpo humano; respeito à diversidade; seres vivos no ambiente; plantas	331
6. Características e desenvolvimento dos animais	342
7. Microrganismo	361
8. Nutrição do organismo; hábitos alimentares	367
9. Integração entre os sistemas digestivos, respiratórios e circulatórios	369
10. Terra e universo: escala de tempo; movimento do sol no céu; o sol como fonte de luz e calor; características da terra; uso do solo; pontos cardeais; movimento de rotação da terra; fases da lua; instrumentos óticos	381

ÍNDICE

11. Pensamento investigativo e letramento científico.....	389
12. Saber científico e saber popular	391

Ciências Humanas

1. Representação cartográfica por meio dos mapas.....	399
2. Primeiras noções espaciais, os primeiros conceitos	400
3. o alfabeto cartográfico e os processos de raciocínio	401
4. Os espaços livres e áreas verdes do lugar de vivência da criança.....	402
5. Noções de diversidade cultural e os processos de formação do povo brasileiro.....	404
6. Primeiras noções de ciclo hidrológico.....	405
7. a importância da água no cotidiano	405
8. Estudos sobre o trabalho no campo e na cidade, com enfoque nas relações de interdependência e integração, por meio da circulação de mercadorias e matérias-primas	406
9. A história dos brinquedos: brinquedos de outros povos e de outros tempos.....	407
10. A história dos jogos e brincadeiras: nossas brincadeiras e de outras culturas e épocas	408
11. História das relações das sociedades com as águas e os rios	410
12. O modo de vida urbano no presente e no passado	411
13. O ensino de ciências humanas nos anos iniciais: concepções, eixos, capacidades/habilidades, estratégias e práticas	413

LÍNGUA PORTUGUESA

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS DE GÊNEROS VARIADOS (LITERÁRIOS E NÃO LITERÁRIOS)

Definição Geral

Embora correlacionados, esses conceitos se distinguem, pois sempre que compreendemos adequadamente um texto e o objetivo de sua mensagem, chegamos à interpretação, que nada mais é do que as conclusões específicas. Exemplificando, sempre que nos é exigida a compreensão de uma questão em uma avaliação, a resposta será localizada no próprio texto, posteriormente, ocorre a interpretação, que é a leitura e a conclusão fundamentada em nossos conhecimentos prévios.

Compreensão de Textos

Resumidamente, a compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. É assimilar (uma devida coisa) intelectualmente, fazendo uso da capacidade de entender, atinar, perceber, compreender. Compreender um texto é apreender de forma objetiva a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor. Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

Interpretação de Textos

É o entendimento relacionado ao conteúdo, ou melhor, os resultados aos quais chegamos por meio da associação das ideias e, em razão disso, sobressai ao texto. Resumidamente, interpretar é decodificar o sentido de um texto por indução.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Dessa forma, a interpretação de texto é subjetiva, podendo ser diferente entre leitores.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015
Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.



“A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas.”

A partir do fragmento acima, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) A inclusão social é garantida pela Constituição Federal de 1988.
- (B) As leis que garantem direitos podem ser mais ou menos severas.
- (C) O direito à educação abrange todas as pessoas, deficientes ou não.
- (D) Os deficientes temporários ou permanentes devem ser incluídos socialmente.
- (E) “Educação para todos” inclui também os deficientes.

Comentário da questão:

Em “A” o texto é sobre direito à educação, incluindo as pessoas com deficiência, ou seja, inclusão de pessoas na sociedade. = afirmativa correta.

Em “B” o complemento “mais ou menos severas” se refere à “deficiências de toda ordem”, não às leis. = afirmativa incorreta.

Em “C” o advérbio “também”, nesse caso, indica a inclusão/adição das pessoas portadoras de deficiência ao direito à educação, além das que não apresentam essas condições. = afirmativa correta.

Em “D” além de mencionar “deficiências de toda ordem”, o texto destaca que podem ser “permanentemente ou temporárias”. = afirmativa correta.

Em “E” este é o tema do texto, a inclusão dos deficientes. = afirmativa correta.

Resposta: Logo, a Letra B é a resposta Certa para essa questão, visto que é a única que contém uma afirmativa incorreta sobre o texto.

Compreender um texto trata da análise e decodificação do que de fato está escrito, seja das frases ou das ideias presentes. Interpretar um texto, está ligado às conclusões que se pode chegar ao conectar as ideias do texto com a realidade. Interpretação trabalha com a subjetividade, com o que se entendeu sobre o texto.

Interpretar um texto permite a compreensão de todo e qualquer texto ou discurso e se amplia no entendimento da sua ideia principal. Compreender relações semânticas é uma competência imprescindível no mercado de trabalho e nos estudos.

Quando não se sabe interpretar corretamente um texto pode-se criar vários problemas, afetando não só o desenvolvimento profissional, mas também o desenvolvimento pessoal.

Busca de sentidos

Para a busca de sentidos do texto, pode-se retirar do mesmo os **tópicos frasais** presentes em cada parágrafo. Isso auxiliará na apreensão do conteúdo exposto.

Isso porque é ali que se fazem necessários, estabelecem uma relação hierárquica do pensamento defendido, retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Por fim, concentre-se nas ideias que realmente foram explicitadas pelo autor. Textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Deve-se ater às ideias do autor, o que não quer dizer que o leitor precise ficar preso na superfície do texto, mas é fundamental que não sejam criadas suposições vagas e inespecíficas.

Importância da interpretação

A prática da leitura, seja por prazer, para estudar ou para se informar, aprimora o vocabulário e dinamiza o raciocínio e a interpretação. A leitura, além de favorecer o aprendizado de conteúdos específicos, aprimora a escrita.

Uma interpretação de texto assertiva depende de inúmeros fatores. Muitas vezes, apressados, descuidamos dos detalhes presentes em um texto, achamos que apenas uma leitura já se faz suficiente. Interpretar exige paciência e, por isso, sempre releia o texto, pois a segunda leitura pode apresentar aspectos surpreendentes que não foram observados previamente. Para auxiliar na busca de sentidos do texto, pode-se também retirar dele os **tópicos frasais** presentes em cada parágrafo, isso certamente auxiliará na apreensão do conteúdo exposto. Lembre-se de que os parágrafos não estão organizados, pelo menos em um bom texto, de maneira aleatória, se estão no lugar que estão, é porque ali se fazem necessários, estabelecendo uma relação hierárquica do pensamento defendido, retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Concentre-se nas ideias que de fato foram explicitadas pelo autor: os textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Devemos nos ater às ideias do autor, isso não quer dizer que você precise ficar preso na superfície do texto, mas é fundamental que não criemos, à revelia do autor, suposições vagas e inespecíficas. Ler com atenção é um exercício que deve ser praticado à exaustão, assim como uma técnica, que fará de nós leitores proficientes.

Diferença entre compreensão e interpretação

A compreensão de um texto é fazer uma análise objetiva do texto e verificar o que realmente está escrito nele. Já a interpretação imagina o que as ideias do texto têm a ver com a realidade. O leitor tira conclusões subjetivas do texto.

Detecção de características e pormenores que identifiquem o texto dentro de um estilo de época

Principais características do texto literário

Há diferença do texto literário em relação ao texto referencial, sobretudo, por sua carga estética. Esse tipo de texto exerce uma linguagem ficcional, além de fazer referência à função poética da linguagem.

Uma constante discussão sobre a função e a estrutura do texto literário existe, e também sobre a dificuldade de se entenderem os enigmas, as ambiguidades, as metáforas da literatura. São esses elementos que constituem o atrativo do texto literário: a escrita diferenciada, o trabalho com a palavra, seu aspecto conotativo, seus enigmas.

A literatura apresenta-se como o instrumento artístico de análise de mundo e de compreensão do homem. Cada época conceituou a literatura e suas funções de acordo com a realidade, o contexto histórico e cultural e, os anseios dos indivíduos daquele momento.

Ficcionalidade: os textos baseiam-se no real, transfigurando-o, recriando-o.

Aspecto subjetivo: o texto apresenta o olhar pessoal do artista, suas experiências e emoções.

Ênfase na função poética da linguagem: o texto literário manipula a palavra, revestindo-a de caráter artístico.

Plurissignificação: as palavras, no texto literário, assumem vários significados.

Principais características do texto não literário

Apresenta peculiaridades em relação a linguagem literária, entre elas o emprego de uma linguagem convencional e denotativa.

Ela tem como função informar de maneira clara e sucinta, desconsiderando aspectos estilísticos próprios da linguagem literária.

Os diversos textos podem ser classificados de acordo com a linguagem utilizada. A linguagem de um texto está condicionada à sua funcionalidade. Quando pensamos nos diversos tipos e gêneros textuais, devemos pensar também na linguagem adequada a ser adotada em cada um deles. Para isso existem a linguagem literária e a linguagem não literária.

Diferente do que ocorre com os textos literários, nos quais há uma preocupação com o objeto linguístico e também com o estilo, os textos não literários apresentam características bem delimitadas para que possam cumprir sua principal missão, que é, na maioria das vezes, a de informar. Quando pensamos em informação, alguns elementos devem ser elencados, como a objetividade, a transparência e o compromisso com uma linguagem não literária, afastando assim possíveis equívocos na interpretação de um texto.

Gêneros Discursivos

Romance: descrição longa de ações e sentimentos de personagens fictícios, podendo ser de comparação com a realidade ou totalmente irreal. A diferença principal entre um romance e uma novela é a extensão do texto, ou seja, o romance é mais longo. No romance nós temos uma história central e várias histórias secundárias.

Conto: obra de ficção onde é criado seres e locais totalmente imaginário. Com linguagem linear e curta, envolve poucas personagens, que geralmente se movimentam em torno de uma única ação, dada em um só espaço, eixo temático e conflito. Suas ações encaminham-se diretamente para um desfecho.

Novela: muito parecida com o conto e o romance, diferencia-se por sua extensão. Ela fica entre o conto e o romance, e tem a história principal, mas também tem várias histórias secundárias. O tempo na novela é baseada no calendário. O tempo e local são definidos pelas histórias dos personagens. A história (enredo) tem um ritmo mais acelerado do que a do romance por ter um texto mais curto.

Crônica: texto que narra o cotidiano das pessoas, situações que nós mesmos já vivemos e normalmente é utilizado a ironia para mostrar um outro lado da mesma história. Na crônica o tempo não é relevante e quando é citado, geralmente são pequenos intervalos como horas ou mesmo minutos.

Poesia: apresenta um trabalho voltado para o estudo da linguagem, fazendo-o de maneira particular, refletindo o momento, a vida dos homens através de figuras que possibilitam a criação de imagens.

Editorial: texto dissertativo argumentativo onde expressa a opinião do editor através de argumentos e fatos sobre um assunto que está sendo muito comentado (polêmico). Sua intenção é convencer o leitor a concordar com ele.

Entrevista: texto expositivo e é marcado pela conversa de um entrevistador e um entrevistado para a obtenção de informações. Tem como principal característica transmitir a opinião de pessoas de destaque sobre algum assunto de interesse.

Cantiga de roda: gênero empírico, que na escola se materializa em uma concretude da realidade. A cantiga de roda permite as crianças terem mais sentido em relação a leitura e escrita, ajudando os professores a identificar o nível de alfabetização delas.

Receita: texto instrucional e injuntivo que tem como objetivo de informar, aconselhar, ou seja, recomendam dando uma certa liberdade para quem recebe a informação.

ESCRITURA DE FRASES COM CORREÇÃO E ADEQUAÇÃO A DISTINTAS SITUAÇÕES COMUNICATIVAS

A reescrita é tão importante quanto a escrita, visto que, dificilmente, sobretudo para os escritores mais cuidadosos, chegamos ao resultado que julgamos ideal na primeira tentativa. Aquele que

observa um resultado ruim na primeira versão que escreveu terá, na reescrita, a possibilidade de alcançar um resultado satisfatório. A reescrita é um processo mais trabalhoso do que a revisão, pois, nesta, atemo-nos apenas aos pequenos detalhes, cuja ausência não implicaria em uma dificuldade do leitor para compreender o texto.

Quando reescrevemos, refazemos nosso texto, é um processo bem mais complexo, que parte do pressuposto de que o autor tenha observado aquilo que está ruim para que, posteriormente, possa melhorar seu texto até chegar a uma versão final, livre dos erros iniciais. Além de aprimorar a leitura, a reescrita auxilia a desenvolver e melhorar a escrita, ajudando o aluno-escritor a esclarecer melhor seus objetivos e razões para a produção de textos.

Nessa perspectiva, esse autor considera que reescrever seja um processo de descoberta da escrita pelo próprio autor, que passa a enfocá-la como forma de trabalho, auxiliando o desenvolvimento do processo de escrever do aluno.

Operações linguísticas de reescrita:

A literatura sobre reescrita aponta para uma tipologia de operações linguísticas encontradas neste momento específico da construção do texto escrito.

- Adição, ou acréscimo: pode tratar-se do acréscimo de um elemento gráfico, acento, sinal de pontuação, grafema (...) mas também do acréscimo de uma palavra, de um sintagma, de uma ou de várias frases.

- Supressão: supressão sem substituição do segmento suprimido. Ela pode ser aplicada sobre unidades diversas, acento, grafemas, sílabas, palavras sintagmáticas, uma ou diversas frases.

- Substituição: supressão, seguida de substituição por um termo novo. Ela se aplica sobre um grafema, uma palavra, um sintagma, ou sobre conjuntos generalizados.

- Deslocamento: permutação de elementos, que acaba por modificar sua ordem no processo de encadeamento.

Graus de Formalismo

São muitos os tipos de registros quanto ao formalismo, tais como: o registro formal, que é uma linguagem mais cuidada; o coloquial, que não tem um planejamento prévio, caracterizando-se por construções gramaticais mais livres, repetições frequentes, frases curtas e conectores simples; o informal, que se caracteriza pelo uso de ortografia simplificada e construções simples (geralmente usado entre membros de uma mesma família ou entre amigos).

As variações de registro ocorrem de acordo com o grau de formalismo existente na situação de comunicação; com o modo de expressão, isto é, se trata de um registro formal ou escrito; com a sintonia entre interlocutores, que envolve aspectos como graus de cortesia, deferência, tecnicidade (domínio de um vocabulário específico de algum campo científico, por exemplo).

Expressões que demandam atenção

– acaso, caso – com se, use acaso; caso rejeita o se
– aceitado, aceito – com ter e haver, aceitado; com ser e estar, aceito
– acendido, aceso (formas similares) – idem
– à custa de – e não às custas de
– à medida que – à proporção que, ao mesmo tempo que, conforme

- na medida em que – tendo em vista que, uma vez que
- a meu ver – e não ao meu ver
- a ponto de – e não ao ponto de
- a posteriori, a priori – não tem valor temporal
- em termos de – modismo; evitar
- enquanto que – o que é redundância
- entre um e outro – entre exige a conjunção e, e não a
- implicar em – a regência é direta (sem em)
- ir de encontro a – chocar-se com
- ir ao encontro de – concordar com
- se não, senão – quando se pode substituir por *caso não*, *separado*; quando não se pode, junto
- todo mundo – todos
- todo o mundo – o mundo inteiro
- não pagamento = hífen somente quando o segundo termo for substantivo
- este e isto – referência próxima do falante (a lugar, a tempo presente; a futuro próximo; ao anunciar e a que se está tratando)
- esse e isso – referência longe do falante e perto do ouvinte (tempo futuro, desejo de distância; tempo passado próximo do presente, ou distante ao já mencionado e a ênfase).

Expressões não recomendadas

- a partir de (a não ser com valor temporal).
Opção: **com base em, tomando-se por base, valendo-se de...**
- através de (para exprimir “meio” ou instrumento).
Opção: **por, mediante, por meio de, por intermédio de, segundo...**
- devido a.
Opção: **em razão de, em virtude de, graças a, por causa de.**
- dito.
Opção: **citado, mencionado.**
- enquanto.
Opção: **ao passo que.**
- inclusive (a não ser quando significa incluindo-se).
Opção: **até, ainda, igualmente, mesmo, também.**
- no sentido de, com vistas a.
Opção: **a fim de, para, com a finalidade de, tendo em vista.**
- pois (no início da oração).
Opção: **já que, porque, uma vez que, visto que.**
- principalmente.
Opção: **especialmente, sobretudo, em especial, em particular.**

NOÇÕES DE SEMÂNTICA: ANTÔNIMOS E SINÔNIMOS, SENTIDO PRÓPRIO E FIGURADO

Visão Geral: o significado das palavras é objeto de estudo da semântica, a área da gramática que se dedica ao sentido das palavras e também às relações de sentido estabelecidas entre elas.

Denotação e conotação

Denotação corresponde ao sentido literal e objetivo das palavras, enquanto a conotação diz respeito ao sentido figurado das palavras. Exemplos:

“O gato é um animal doméstico.”

“Meu vizinho é um gato.”

No primeiro exemplo, a palavra gato foi usada no seu verdadeiro sentido, indicando uma espécie real de animal. Na segunda frase, a palavra gato faz referência ao aspecto físico do vizinho, uma forma de dizer que ele é tão bonito quanto o bichano.

Hiperonímia e hiponímia

Dizem respeito à hierarquia de significado. Um hiperônimo, palavra superior com um sentido mais abrangente, engloba um hipônimo, palavra inferior com sentido mais restrito.

Exemplos:

– Hiperônimo: mamífero – hipônimos: cavalo, baleia.

– Hiperônimo: jogo – hipônimos: xadrez, baralho.

Polissemia e monosssemia

A polissemia diz respeito ao potencial de uma palavra apresentar uma multiplicidade de significados, de acordo com o contexto em que ocorre. A monosssemia indica que determinadas palavras apresentam apenas um significado. Exemplos:

– “Língua”, é uma palavra polissêmica, pois pode por um idioma ou um órgão do corpo, dependendo do contexto em que é inserida.

– A palavra “decalitro” significa medida de dez litros, e não tem outro significado, por isso é uma palavra monossêmica.

Sinonímia e antonímia

A sinonímia diz respeito à capacidade das palavras serem semelhantes em significado. Já antonímia se refere aos significados opostos. Desse modo, por meio dessas duas relações, as palavras expressam proximidade e contrariedade.

Exemplos de palavras sinônimas: morrer = falecer; rápido = veloz.

Exemplos de palavras antônimas: morrer x nascer; pontual x atrasado.

Homonímia e paronímia

A homonímia diz respeito à propriedade das palavras apresentarem: semelhanças sonoras e gráficas, mas distinção de sentido (palavras homônimas), semelhanças homófonas, mas distinção gráfica e de sentido (palavras homófonas) semelhanças gráficas, mas distinção sonora e de sentido (palavras homógrafas). A paronímia se refere a palavras que são escritas e pronunciadas de forma parecida, mas que apresentam significados diferentes. Veja os exemplos:

– Palavras homônimas: caminho (itinerário) e caminho (verbo caminhar); morro (monte) e morro (verbo morrer).

– Palavras homófonas: apressar (tornar mais rápido) e apreçar (definir o preço); arrochar (apertar com força) e arroxar (tornar roxo).

– Palavras homógrafas: apoio (suporte) e apoiar (verbo apoiar); boto (golfinho) e boto (verbo botar); choro (pranto) e choro (verbo chorar).

– Palavras parônimas: apóstrofe (figura de linguagem) e apóstrofo (sinal gráfico), comprimento (tamanho) e cumprimento (saudação).

LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 - CAPÍTULO III, SEÇÃO I - DA EDUCAÇÃO

– Educação

A educação é tratada nos artigos 205 a 214, da Constituição. Constituindo-se em um direito de todos e um dever do Estado e da família, a educação visa ao desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

– Organização dos Sistemas de Ensino

Prevê o Art. 211, da CF, que: A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

ENTE FEDERADO	ÂMBITO DE ATUAÇÃO (PRIORITÁRIA)
União	Ensino superior e técnico
Estados e DF	Ensino fundamental e médio
Municípios	Educação infantil e ensino fundamental

<https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:Z-f8RGtlpQiwJ:https://www.grancursosonline.com.br/download-demonstrativo/download-aula-pdf-demo/codigo/47mLWGgdrdc%253D+&cd=3&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=b>

TÍTULO VIII DA ORDEM SOCIAL

(...)

CAPÍTULO III DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO ESPORTO

SEÇÃO I DA EDUCAÇÃO

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas;(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006) (Vide Lei nº 14.817, de 2024)

VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

VII - garantia de padrão de qualidade.

VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

IX - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

Parágrafo único. A lei disporá sobre as categorias de trabalhadores considerados profissionais da educação básica e sobre a fixação de prazo para a elaboração ou adequação de seus planos de carreira, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático - científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

§1º É facultado às universidades admitir professores, técnicos e cientistas estrangeiros, na forma da lei. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 11, de 1996)

§2º O disposto neste artigo aplica - se às instituições de pesquisa científica e tecnológica.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 11, de 1996)

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria;(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)(Vide Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

II - progressiva universalização do ensino médio gratuito;(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - educação infantil, em creche e pré - escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade;(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

§1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

§2º O não - oferecimento do ensino obrigatório pelo Poder Público, ou sua oferta irregular, importa responsabilidade da autoridade competente.

§3º Compete ao Poder Público recensear os educandos no ensino fundamental, fazer - lhes a chamada e zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.

Art. 209. O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:

- I - cumprimento das normas gerais da educação nacional;
- II - autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público.

Art. 210. Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.

§1º O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.

§2º O ensino fundamental regular será ministrado em língua portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem.

Art. 211. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino.

§1º A União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios;(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

§2º Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil.(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

§3º Os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)

§4º Na organização de seus sistemas de ensino, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios definirão formas de colaboração, de forma a assegurar a universalização, a qualidade e a equidade do ensino obrigatório.(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

§5º A educação básica pública atenderá prioritariamente ao ensino regular.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

§6º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios exercerão ação redistributiva em relação a suas escolas.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

§7º O padrão mínimo de qualidade de que trata o §1º deste artigo considerará as condições adequadas de oferta e terá como referência o Custo Aluno Qualidade (CAQ), pactuados em regime de colaboração na forma disposta em lei complementar, conforme o parágrafo único do art. 23 desta Constituição.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

§1º A parcela da arrecadação de impostos transferida pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, ou pelos Estados aos respectivos Municípios, não é considerada, para efeito do cálculo previsto neste artigo, receita do governo que a transferir.

§2º Para efeito do cumprimento do disposto no “caput” deste artigo, serão considerados os sistemas de ensino federal, estadual e municipal e os recursos aplicados na forma do art. 213.

§3º A distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, no que se refere a universalização, garantia de padrão de qualidade e equidade, nos termos do plano nacional de educação.(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

§4º Os programas suplementares de alimentação e assistência à saúde previstos no art. 208, VII, serão financiados com recursos provenientes de contribuições sociais e outros recursos orçamentários.

§5º A educação básica pública terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário - educação, recolhida pelas empresas na forma da lei.(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)(Vide Decreto nº 6.003, de 2006)

§6º As cotas estaduais e municipais da arrecadação da contribuição social do salário - educação serão distribuídas proporcionalmente ao número de alunos matriculados na educação básica nas respectivas redes públicas de ensino.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)

§7º É vedado o uso dos recursos referidos no caput e nos §§5º e 6º deste artigo para pagamento de aposentadorias e de pensões.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

§8º Na hipótese de extinção ou de substituição de impostos, serão redefinidos os percentuais referidos no caput deste artigo e no inciso II do caput do art. 212 - A, de modo que resultem recursos vinculados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, bem como os recursos subvinculados aos fundos de que trata o art. 212 - A desta Constituição, em aplicações equivalentes às anteriormente praticadas.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

§9º A lei disporá sobre normas de fiscalização, de avaliação e de controle das despesas com educação nas esferas estadual, distrital e municipal.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

Art. 212 - A. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios destinarão parte dos recursos a que se refere o caput do art. 212 desta Constituição à manutenção e ao desenvolvimento do ensino na educação básica e à remuneração condigna de seus profissionais, respeitadas as seguintes disposições:(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020) Regulamento

I - a distribuição dos recursos e de responsabilidades entre o Distrito Federal, os Estados e seus Municípios é assegurada mediante a instituição, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, de um Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de natureza contábil;(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

II - os fundos referidos no inciso I do caput deste artigo serão constituídos por 20% (vinte por cento):(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

a) das parcelas dos Estados no imposto de que trata o art. 156 - A;(Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

b) da parcela do Distrito Federal no imposto de que trata o art. 156 - A, relativa ao exercício de sua competência estadual, nos termos do art. 156 - A, §2º; e(Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

c) dos recursos a que se referem os incisos I, II e III do caput do art. 155, o inciso II do caput do art. 157, os incisos II, III e IV do caput do art. 158 e as alíneas “a” e “b” do inciso I e o inciso II do caput do art. 159 desta Constituição;(Incluído pela Emenda Constitucional nº 132, de 2023)

III - os recursos referidos no inciso II do caput deste artigo serão distribuídos entre cada Estado e seus Municípios, proporcionalmente ao número de alunos das diversas etapas e modalidades da educação básica presencial matriculados nas respectivas redes, nos âmbitos de atuação prioritária, conforme estabelecido nos §§2º e 3º do art. 211 desta Constituição, observadas as ponderações referidas na alínea “a” do inciso X do caput e no §2º deste artigo;(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

IV - a União complementarará os recursos dos fundos a que se refere o inciso II do caput deste artigo;(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

V - a complementação da União será equivalente a, no mínimo, 23% (vinte e três por cento) do total de recursos a que se refere o inciso II do caput deste artigo, distribuída da seguinte forma:(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

a) 10 (dez) pontos percentuais no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, sempre que o valor anual por aluno (VAAF), nos termos do inciso III do caput deste artigo, não alcançar o mínimo definido nacionalmente;(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

b) no mínimo, 10,5 (dez inteiros e cinco décimos) pontos percentuais em cada rede pública de ensino municipal, estadual ou distrital, sempre que o valor anual total por aluno (VAAT), referido no inciso VI do caput deste artigo, não alcançar o mínimo definido nacionalmente;(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

c) 2,5 (dois inteiros e cinco décimos) pontos percentuais nas redes públicas que, cumpridas condicionalidades de melhoria de gestão previstas em lei, alcançarem evolução de indicadores a serem definidos, de atendimento e melhoria da aprendizagem com redução das desigualdades, nos termos do sistema nacional de avaliação da educação básica;(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

VI - o VAAT será calculado, na forma da lei de que trata o inciso X do caput deste artigo, com base nos recursos a que se refere o inciso II do caput deste artigo, acrescidos de outras receitas e de transferências vinculadas à educação, observado o disposto no §1º e consideradas as matrículas nos termos do inciso III do caput deste artigo;(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

VII - os recursos de que tratam os incisos II e IV do caput deste artigo serão aplicados pelos Estados e pelos Municípios exclusivamente nos respectivos âmbitos de atuação prioritária, conforme estabelecido nos §§2º e 3º do art. 211 desta Constituição;(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

VIII - a vinculação de recursos à manutenção e ao desenvolvimento do ensino estabelecida no art. 212 desta Constituição suportará, no máximo, 30% (trinta por cento) da complementação da União, considerados para os fins deste inciso os valores previstos no inciso V do caput deste artigo;(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

IX - o disposto no caput do art. 160 desta Constituição aplica - se aos recursos referidos nos incisos II e IV do caput deste artigo, e seu descumprimento pela autoridade competente importará em crime de responsabilidade;(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

X - a lei disporá, observadas as garantias estabelecidas nos incisos I, II, III e IV do caput e no §1º do art. 208 e as metas pertinentes do plano nacional de educação, nos termos previstos no art. 214 desta Constituição, sobre:(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

a) a organização dos fundos referidos no inciso I do caput deste artigo e a distribuição proporcional de seus recursos, as diferenças e as ponderações quanto ao valor anual por aluno entre etapas, modalidades, duração da jornada e tipos de estabelecimento de ensino, observados as respectivas especificidades e os insumos necessários para a garantia de sua qualidade;(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

b) a forma de cálculo do VAAF decorrente do inciso III do caput deste artigo e do VAAT referido no inciso VI do caput deste artigo;(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

c) a forma de cálculo para distribuição prevista na alínea “c” do inciso V do caput deste artigo;(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

d) a transparência, o monitoramento, a fiscalização e o controle interno, externo e social dos fundos referidos no inciso I do caput deste artigo, assegurada a criação, a autonomia, a manutenção e a consolidação de conselhos de acompanhamento e controle social, admitida sua integração aos conselhos de educação;(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

e) o conteúdo e a periodicidade da avaliação, por parte do órgão responsável, dos efeitos redistributivos, da melhoria dos indicadores educacionais e da ampliação do atendimento;(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

XI - proporção não inferior a 70% (setenta por cento) de cada fundo referido no inciso I do caput deste artigo, excluídos os recursos de que trata a alínea “c” do inciso V do caput deste artigo, será destinada ao pagamento dos profissionais da educação básica em efetivo exercício, observado, em relação aos recursos previstos na alínea “b” do inciso V do caput deste artigo, o percentual mínimo de 15% (quinze por cento) para despesas de capital;(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

XII - lei específica disporá sobre o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério da educação básica pública;(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

XIII - a utilização dos recursos a que se refere o §5º do art. 212 desta Constituição para a complementação da União ao Fundeb, referida no inciso V do caput deste artigo, é vedada.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

§1º O cálculo do VAAT, referido no inciso VI do caput deste artigo, deverá considerar, além dos recursos previstos no inciso II do caput deste artigo, pelo menos, as seguintes disponibilidades:(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

I - receitas de Estados, do Distrito Federal e de Municípios vinculadas à manutenção e ao desenvolvimento do ensino não integrantes dos fundos referidos no inciso I do caput deste artigo;(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

II - cotas estaduais e municipais da arrecadação do salário - educação de que trata o §6º do art. 212 desta Constituição;(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

III - complementação da União transferida a Estados, ao Distrito Federal e a Municípios nos termos da alínea “a” do inciso V do caput deste artigo.(Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

§2º Além das ponderações previstas na alínea “a” do inciso X do caput deste artigo, a lei definirá outras relativas ao nível socioeconômico dos educandos e aos indicadores de disponibilidade de recursos vinculados à educação e de potencial de arrecadação tributária de cada ente federado, bem como seus prazos de implementação. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

§3º Será destinada à educação infantil a proporção de 50% (cinquenta por cento) dos recursos globais a que se refere a alínea “b” do inciso V do caput deste artigo, nos termos da lei.” (Incluído pela Emenda Constitucional nº 108, de 2020)

Art. 213. Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei, que:

I - comprovem finalidade não-lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros em educação;

II - assegurem a destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional, ou ao Poder Público, no caso de encerramento de suas atividades.

§1º - Os recursos de que trata este artigo poderão ser destinados a bolsas de estudo para o ensino fundamental e médio, na forma da lei, para os que demonstrarem insuficiência de recursos, quando houver falta de vagas e cursos regulares da rede pública na localidade da residência do educando, ficando o Poder Público obrigado a investir prioritariamente na expansão de sua rede na localidade.

§2º As atividades de pesquisa, de extensão e de estímulo e fomento à inovação realizadas por universidades e/ou por instituições de educação profissional e tecnológica poderão receber apoio financeiro do Poder Público. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 85, de 2015)

Art. 214. A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar;

III - melhoria da qualidade do ensino;

IV - formação para o trabalho;

V - promoção humanística, científica e tecnológica do País.

VI - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

LEI Nº 9.394/1996 - LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL (LDB) E SUAS ALTERAÇÕES

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**TÍTULO I
DA EDUCAÇÃO**

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

**TÍTULO II
DOS PRINCÍPIOS E FINS DA EDUCAÇÃO NACIONAL**

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;

IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;

V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

VII - valorização do profissional da educação escolar;

VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos respectivos Estados e Municípios e do Distrito Federal; (Redação dada pela Lei nº 14.644, de 2023)

IX - garantia de padrão de qualidade; (Vide Decreto nº 11.713, de 2023)

X - valorização da experiência extra-escolar;

XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

XII - consideração com a diversidade étnico-racial. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

XIII - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. (Incluído pela Lei nº 13.632, de 2018)

XIV - respeito à diversidade humana, linguística, cultural e identitária das pessoas surdas, surdo-cegas e com deficiência auditiva. (Incluído pela Lei nº 14.191, de 2021)

**TÍTULO III
DO DIREITO À EDUCAÇÃO E DO DEVER DE EDUCAR**

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, organizada da seguinte forma: (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

a) pré-escola; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

b) ensino fundamental; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

c) ensino médio; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

II - educação infantil gratuita às crianças de até 5 (cinco) anos de idade; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO

CONCEPÇÕES E TENDÊNCIAS PEDAGÓGICAS CONTEMPORÂNEAS

— Introdução

O momento político e cultural em que a sociedade se encontra, influencia diretamente nas tendências pedagógicas em face a atuação dos movimentos sociais e filosóficos. Nesse contexto, podemos dividi-las em duas linhas: Liberais e Progressistas.

As tendências pedagógicas liberais são aquelas que defendem que os indivíduos precisam se adaptar aos valores e às normas da sociedade, sendo a escola responsável por preparar o aluno para desempenhar papéis sociais. São tendências liberais a Pedagogia Tradicional, a Pedagogia Renovadora Progressista, a Renovadora Não Diretiva (Nova Escola) e a Tecnicista.

As tendências pedagógicas progressistas refletem criticamente a cerca das realidades sociais, sendo a educação responsável por possibilitar a compreensão dessas realidades, explicando o papel do sujeito na construção da sua realidade. Dentro do espectro progressista, consideramos as tendências libertadora, libertária e crítico-social dos conteúdos.

— Pedagogia Tradicional

A pedagogia tradicional objetiva a transmissão dos padrões, normas e modelos dominantes. Os conteúdos escolares não levam em conta a realidade social dos alunos, assim como a capacidade cognitiva dos mesmos, sendo tratados como verdades absolutas, concentradas na figura do professor que é o detentor do conhecimento. A metodologia utilizada baseia-se na memorização, tornando a aprendizagem mecânica e passiva.

— Pedagogia Nova

A pedagogia nova é dividida em pedagogia renovada e renovada não diretiva, também chamada de nova escola.

A pedagogia renovada leva o aluno a aprender e construir conhecimento, de acordo com as fases do seu desenvolvimento. A metodologia adotada baseia-se em experimentos e pesquisas. O professor passa a trabalhar como mediador do processo de aprendizagem, propondo desafios como forma de estimular o desenvolvimento do aluno.

Já na pedagogia renovada não diretiva, o desenvolvimento da personalidade do aluno, o autoconhecimento e a realização pessoal ganham importância e os conteúdos passam a ter significação pessoal, com o objetivo de criar maior motivação e a relação professor-aluno é marcada pelo estabelecimento da afetividade.

— Pedagogia Tecnicista

A pedagogia tecnicista prioriza a formação profissionalizante, moldando o aluno ao modelo social vigente. Os conteúdos são apresentados de forma objetiva, sendo a transmissão deles de responsabilidade do professor, enquanto o aluno participa como mero receptor da informação.

— Teorias Crítico-Reprodutivistas

As Teorias Crítico-Reprodutivistas destacam o papel reprodutivista da educação na escola que tem como função reproduzir as condições vigentes na sociedade, sem buscar mudanças.

As três principais correntes dessa linha de pensamento são:

— **Teoria do Sistema de Ensino como Violência Simbólica:** aponta como papel da escola contribuir para a sociedade dividida em classes (burguesia e proletariado), reforçando a medição de forças entre elas. A material que se relaciona a divisão entre ricos e pobres e a cultural, onde os valores da classe dominante são impostos a todos na escola.

— **Teoria da Escola como Aparelho Ideológico de Estado (AIE):** aponta a escola como instrumento de reprodução do sistema capitalista, pois agrupa todas as crianças de todas as classes sociais impondo a elas o aprendizado da ideologia dominante.

— **Teoria da Escola Dualista:** defende que existem apenas duas escolas, aquela que forma a força de trabalho, ou seja, o proletariado e a que forma os filhos da burguesia, atuando desse modo, para o fortalecimento da divisão de classes e do regime capitalista.

— Neoprodutivismo

O Neoprodutivismo é uma corrente de pensamento que atribui ao indivíduo a responsabilidade na busca pela formação no sistema educacional, de modo que adquira empregabilidade, em um contexto liberal onde não há empregos suficientes para todos e, aqueles que não alcançam o sucesso são responsabilizados pelo próprio fracasso, o que se convencionou chamar de “pedagogia da exclusão”.

— Neoescolanovismo

O Neoescolanovismo transforma a escola para que ela atenda as necessidades de mercado, tornando-a uma empresa no lugar de outrora, instituição social. Com isso, cursos passam a ser criados em razão de tendências mercadológicas.

— Neotecnicismo

O tecnicismo privilegia a formação profissional, não se preocupando com a construção do indivíduo enquanto cidadão crítico e atuante na sociedade. Com o desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação (TIC), nossa sociedade transformou-se, necessitando de profissionais que dominem esses

recursos. Por isso, surge o neotecnicismo que enfatiza o uso de ferramentas tecnológicas na formação profissional oferecida nas escolas.

— **Teoria do Professor Reflexivo**

A teoria do professor reflexivo trata do professor que pensa em sua prática docente, buscando o aprimoramento contínuo, a fim de obter maior eficiência e melhores resultados. Assim, pensa e testa novas metodologias, exercitando três aspectos básicos:

— **A reflexão na ação** se dá quando o professor reflete sobre as questões do cotidiano ao mesmo tempo em que está vivenciando esta situação.

— **A reflexão sobre a ação** acontece após a situação vivenciada.

— **A reflexão sobre a reflexão na ação** procura compreender e interpretar a ação, buscando alternativas.

— **Pedagogia de Projetos**

A pedagogia de projetos trabalha com projetos de pesquisa de caráter **interdisciplinar**, através dos quais os alunos desempenham seu **protagonismo**, dentro do processo de ensino-aprendizagem, sob orientação e supervisão dos professores.

Entre as características principais deste tipo de pedagogia estão a **intencionalidade**, a **flexibilidade** e a **multidisciplinaridade**.

O projeto a ser desenvolvido deve estar alinhado aos objetivos que o professor pretende atingir com a turma (**intencionalidade**) e ao mesmo tempo, precisa relacionar-se aos interesses da mesma, a fim de que gere engajamento. Ainda assim, é importante ter em mente que alunos e turmas irão relacionar-se de formas diferentes com um mesmo projeto (**flexibilidade**). A busca por respostas e a solução para problemas que eventualmente surjam, devem-se apoiar na **multidisciplinaridade** para que a experiência e a aprendizagem sejam, de fato, enriquecedoras.

— **Pedagogia Multiculturalista**

A pedagogia multiculturalista contempla a equidade social e a promoção da diversidade frente a convivência de indivíduos pertencentes a grupos de diferentes culturas e etnias. Entretanto, a escola ao abordar conteúdos cujo enfoque é a interpretação dos contextos a partir da visão da classe dominante (branca e de origem europeia), ignorando a cultura africana, indígena e outras que fazem parte da sociedade multicultural brasileira, ela não exerce a pedagogia multiculturalista.

Para que a escola contemple, de fato, um contexto multicultural, são necessárias mudanças na matriz curricular, bem como na abordagem dos conteúdos, a fim de que sejam mais abrangentes quanto aos aspectos históricos e culturais de outras culturas presentes dentro da escola e da sociedade, de forma que aquilo que se ensina tenha mais significado para o aluno, dentro de seu contexto social, cultural e étnico. Vale lembrar que o multiculturalismo vai além de atitudes tolerantes em relação às diferenças porque promove a igualdade de existência e de direitos dentro de um mesmo espaço, deixando de existir uma cultura dominante em um lugar igualmente compartilhado.

— **Pedagogia Construtivista**

A pedagogia construtivista considera que a aprendizagem se dá por meio da construção do conhecimento, devendo portanto, criar métodos que estimulem essa construção, ensinando “aprender a aprender”.

No processo construtivista, o professor atua como mediador do conhecimento prévio dos alunos, direcionando a partir destes, a busca por novos conhecimentos, construídos através de situações e atividades interativas.

— **Pedagogia das Competências**

De acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), “competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho.” Através do trabalho com as competências busca-se uma educação que estimule ações que contribuam para a transformação da sociedade, “tornando-a mais humana, socialmente justa e, também, voltada para a preservação da natureza”. (BNCC)

Assim, o objetivo da Pedagogia das Competências é dotar os indivíduos de comportamentos flexíveis que lhes permitam ajustar-se às condições de uma sociedade em que as próprias necessidades de sobrevivência não estão garantidas.

Em relação às competências, a BNCC divide-as em dois grupos:

— **Competências gerais** que os alunos devem desenvolver ao longo de todas as etapas da Educação Básica, tais como: conhecimentos, pensamento científico, crítico e criativo, diversidade cultural, comunicação, cultura digital, trabalho e projeto de vida, argumentação, autoconhecimento, cooperação, empatia, responsabilidade para consigo e com o outro e cidadania;

— **Competências específicas** de cada área do conhecimento e dos componentes curriculares.

— **Conclusão**

A polarização entre o pensamento liberal e o progressista que vivemos há alguns anos na sociedade brasileira, como já dito, reflete-se nas tendências pedagógicas desenvolvidas no país, uma vez que escola e sociedade interagem ativamente na manutenção e transformação das relações sociais.

Enquanto o pensamento liberal retira a interferência do estado, deixando a formação por conta do estudante, sendo responsabilidade dele a busca pela empregabilidade em uma sociedade cada vez mais competitiva e com menos oferta de emprego, o pensamento progressista acredita na formação de um indivíduo crítico e atuante, capaz de transformar a sociedade, tornando-a mais justa e inclusiva.

Pensando em termos de Brasil, nossa sociedade não está pronta para incorporar o pensamento liberal, levando-se em conta o fato de que possuímos uma enorme massa de analfabetos, de trabalhadores sem formação específica, cuja tecnologia e a industrialização asiática suprimiu seus empregos, além da gravíssima desigualdade social que nos assola. Não podemos esquecer que muitas das nossas crianças vão a escola para se alimentar e que o contingente de brasileiros em situação de insegurança alimentar passa de 20 milhões (ONU – 2023).

Portanto, quando superarmos tal desigualdade, talvez, estejamos prontos para a introdução do neoliberalismo, quando conseguirmos que a maioria dos jovens brasileiros tenham a mínima condição de competir com os filhos da elite. Caso contrário, só ampliaremos os problemas atuais.

RELAÇÕES SOCIOECONÔMICAS E POLÍTICO-CULTURAIS DA EDUCAÇÃO

Ao longo das últimas décadas, o tema das relações socioeconômicas da educação tem ocupado um lugar central nos debates acadêmicos, políticos e sociais. Trata-se de um campo vasto e multifacetado, que abrange uma série de questões interligadas, desde a distribuição desigual de recursos educacionais até os efeitos do capital humano na economia.

Em um mundo cada vez mais globalizado e interconectado, a educação emerge como um dos principais motores do desenvolvimento socioeconômico. Países que investem pesadamente em educação tendem a colher os frutos desse investimento em termos de crescimento econômico, inovação tecnológica e inclusão social. No entanto, os desafios para garantir uma educação de qualidade e equitativa são consideráveis e variados.

Um dos principais pontos de partida para entender as relações socioeconômicas da educação é reconhecer a existência de profundas disparidades no acesso e na qualidade da educação em nível global. Em muitas partes do mundo, especialmente nos países em desenvolvimento, milhões de crianças ainda estão fora da escola ou recebem uma educação de baixa qualidade devido a uma série de fatores, incluindo pobreza, discriminação de gênero, conflitos armados e infraestrutura educacional inadequada.

Essas disparidades educacionais estão intrinsecamente ligadas a questões econômicas e sociais mais amplas. Por exemplo, a pobreza é tanto uma causa quanto uma consequência da falta de acesso à educação de qualidade. Crianças que crescem em ambientes economicamente desfavorecidos têm menos probabilidade de frequentar a escola regularmente e de obter os recursos necessários para ter sucesso acadêmico. Isso, por sua vez, perpetua um ciclo de pobreza intergeracional que pode ser difícil de romper.

Além disso, as desigualdades educacionais muitas vezes refletem e reforçam as desigualdades sociais existentes. Grupos marginalizados, como mulheres, minorias étnicas, pessoas com deficiência e comunidades rurais, geralmente enfrentam barreiras adicionais ao acesso à educação de qualidade. Isso não apenas priva esses grupos de oportunidades individuais, mas também limita o potencial de desenvolvimento humano e econômico de uma sociedade como um todo.

No entanto, apesar dos desafios significativos, há também razões para otimismo. O reconhecimento crescente da importância da educação como um direito humano fundamental e um catalisador para o desenvolvimento sustentável levou a uma série de iniciativas globais e nacionais para melhorar o acesso e a qualidade da educação em todo o mundo. Por exemplo, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas incluem metas específicas relacionadas à educação, como garantir a educação primária e secundária universal e de qualidade para todos.

Além disso, avanços tecnológicos recentes estão abrindo novas oportunidades para democratizar o acesso ao conhecimento e à educação. Plataformas online, recursos educacionais abertos e tecnologias de aprendizagem adaptativa estão permitindo que milhões de pessoas em todo o mundo acessem conteúdo educacional de alta qualidade a um custo acessível.

No entanto, é importante reconhecer que as soluções para os desafios educacionais não são simples nem uniformes. Abordar as desigualdades socioeconômicas na educação exige uma abordagem multifacetada e coordenada que leve em consideração não apenas as questões educacionais em si, mas também os fatores econômicos, sociais, políticos e culturais que moldam o contexto em que a educação ocorre.

Em última análise, as relações socioeconômicas da educação são um reflexo das relações mais amplas de poder e privilégio em uma sociedade. Para construir um mundo mais justo e equitativo, é fundamental garantir que todas as crianças e jovens tenham acesso igualitário a uma educação de qualidade, independentemente de sua origem socioeconômica. Isso não apenas fortalecerá as bases para o crescimento econômico sustentável, mas também promoverá a justiça social e a coesão comunitária em escala global.

Explorar as relações político-culturais da educação é adentrar em um terreno complexo e dinâmico, onde se entrelaçam diferentes sistemas de valores, ideologias e estruturas de poder. A interação entre política e cultura molda profundamente as práticas educacionais, influenciando desde os currículos escolares até as normas sociais e os valores transmitidos às gerações futuras.

Em primeiro lugar, é fundamental compreender que a educação não ocorre em um vácuo político ou cultural. Pelo contrário, as políticas educacionais são frequentemente moldadas por agendas políticas mais amplas, que refletem as visões de mundo e os interesses de grupos específicos na sociedade. Decisões sobre financiamento educacional, currículo escolar, métodos de ensino e avaliação são todas influenciadas por considerações políticas que podem variar amplamente de acordo com o contexto nacional, regional e local.

Além disso, a educação desempenha um papel crucial na transmissão e reprodução da cultura de uma sociedade. Os currículos escolares, por exemplo, refletem não apenas os conhecimentos acadêmicos considerados importantes, mas também os valores, crenças e identidades culturais dominantes. Isso pode levar a debates acalorados sobre quais perspectivas e histórias devem ser incluídas no currículo e como as diferentes culturas são representadas nas escolas.

As relações político-culturais da educação também são marcadas por conflitos e contestações. Grupos políticos e culturais frequentemente disputam o controle sobre o sistema educacional, buscando promover suas próprias agendas e visões de mundo. Isso pode levar a polarizações e divisões na sociedade, especialmente em torno de questões controversas, como religião, identidade étnica, gênero e sexualidade.

Em muitos casos, as políticas educacionais podem ser utilizadas como ferramentas de poder para impor certas ideologias e restringir a diversidade cultural e intelectual. Por exemplo, regimes autoritários muitas vezes buscam controlar o sistema educacional para promover uma narrativa oficial que legitime seu poder e suprima vozes dissidentes. Da mesma forma, grupos dominantes em uma sociedade podem usar a educação para reforçar sua posição de privilégio e marginalizar aqueles que estão fora do *mainstream* cultural e político.

No entanto, as relações político-culturais da educação também podem ser vistas como locais de resistência e transformação. Movimentos sociais, ativistas e educadores progressistas frequentemente lutam para contestar narrativas dominantes e promover uma educação mais inclusiva, crítica e emancipatória. Isso pode envolver a defesa da diversidade cultural, o reconhecimento das contribuições de grupos historicamente marginalizados e a promoção de uma educação que capacite os alunos a questionar as estruturas de poder existentes e imaginar alternativas mais justas e igualitárias.

Em última análise, as relações político-culturais da educação são um reflexo das tensões e contradições presentes em qualquer sociedade. Navegar por essas complexidades exige um compromisso contínuo com os princípios da democracia, da justiça social e da diversidade cultural. Somente ao reconhecer e confrontar os desafios políticos e culturais que permeiam a educação podemos construir sistemas educacionais verdadeiramente democráticos, inclusivos e emancipatórios que promovam o pleno desenvolvimento humano e a cidadania ativa.

EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS, DEMOCRACIA E CIDADANIA

A Educação em e para os Direitos Humanos sustenta-se em três eixos, sendo:

- A educação permanente, continuada e global;
- A mudança cultural;
- A educação que não se restrinja à transmissão de conhecimento, mas que se concentre nos valores, visando impactar corações e mentes.

Além disso, conforme recomendou Paulo Freire, é necessário que se envolva, em igualdade, educadores e educandos.

A Educação em e para os Direitos Humanos visa à formação de uma cultura de dignidade e respeito humano a partir da experiência e do aprendizado dos valores da justiça, da igualdade, da liberdade, da paz, da cooperação, da solidariedade e da tolerância. Em outras palavras, contribui para a criação, a influência, o compartilhamento e a estabilização de costumes, pensamentos, hábitos e condutas oriundos dos valores supracitados — e que devem tornar-se práticas. A cultura, em sua concepção mais abrangente, trata-se da conservação dos valores e também da transformação orientada para a erradicação de tudo que está arraigado na compreensão da realidade pela rejeição dos direitos de todos, pela recusa às diferenças, pela discriminação e pelos preconceitos.

Os direitos humanos possuem caráter universal e natural, visto que não estão sujeitos a um ato regulamentar e são válidos além de quaisquer limites territoriais. Além disso, não se pode aceitar somente um grupo de direitos, ou seja, ou os direitos sociais, ou os direitos individuais, ou os direitos ambientais. Por isso, podemos afirmar que os direitos humanos são indivisíveis e interdependentes. A indivisibilidade se faz mais que relevante em razão dos muitos exemplos que temos na história da humanidade. Entre tais exemplos, destacamos o regime político praticado na União Soviética a partir do século XX, nos quais se dava importância unicamente aos direitos sociais, em desfavor das liberdades individuais. Em contrapartida, existem os sistemas políticos liberais, que defendem as liberdades individuais, mas acabam por ignorar os direitos da co-

letividade. Os Direitos Humanos são celebrados historicamente e, ainda assim, é viável pensarmos na identificação e consolidação de novos direitos.

Diante ao exposto, não é possível que uma escola crie e desenvolva um programa de direitos humanos que não esteja relacionado às convenções democráticas. Isso quer dizer que é necessário que a escola mantenha uma relação democrática e de respeito com professores, alunos, pais, funcionários e comunidade ao seu entorno.

A FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA

O Papel da Escola / Função Social da Escola¹

A sociedade tem avançado em vários aspectos, e mais do que nunca é imprescindível que a escola acompanhe essas evoluções, que ela esteja conectada a essas transformações, falando a mesma língua, favorecendo o acesso ao conhecimento que é o assunto crucial a ser tratado neste trabalho.

É importante refletirmos sobre que tipo de trabalho temos desenvolvido em nossas escolas e qual o efeito, que resultados temos alcançado. Qual é na verdade a função social da escola? A escola está realmente cumprindo ou procurando cumprir sua função, como agente de intervenção na sociedade? Eis alguns pressupostos a serem explicitados nesse texto. Para se conquistar o sucesso se faz necessário que se entenda ou que tenha clareza do que se quer alcançar, a escola precisa ter objetivos bem definidos, para que possa desempenhar bem o seu papel social, onde a maior preocupação - o alvo deve ser o crescimento intelectual, emocional, espiritual do aluno, e para que esse avanço venha fluir é necessário que o canal (escola) esteja desobstruído.

A Escola no Passado

A escola é um lugar que oportuniza, ou deveria possibilitar as pessoas à convivência com seus semelhantes (socialização). As melhores e mais conceituadas escolas pertenciam à rede particular, atendendo um grupo elitizado, enquanto a grande maioria teria que lutar para conseguir uma vaga em escolas públicas com estrutura física e pedagógicas deficientes.

O país tem passado por mudanças significativas no que se refere ao funcionamento e acesso da população brasileira ao ensino público, quando em um passado recente era privilégio das camadas sociais abastadas (elite) e de preferência para os homens, as mulheres mal apareciam na cena social, quando muito as únicas que tinham acesso à instrução formal recebiam alguma iniciação em desenho e música.

Atuação da Equipe Pedagógica - Coordenação

A política de atuação da equipe pedagógica é de suma importância para a elevação da qualidade de ensino na escola, existe a necessidade urgente de que os coordenadores pedagógicos não restrinjam suas atribuições somente à parte técnica, burocrática, elaborar horários de aulas e ainda ficarem nos corredores da escola procurando conter a indisciplina dos alunos que saem das salas durante as aulas, enquanto os professores ficam necessitados de acompanhamento. A equipe de suporte pedagógico tem papel de-

¹ COSTA, V.L.P. *Função Social da escola*. 2012.

EDUCAÇÃO INFANTIL

A EDUCAÇÃO INFANTIL NA BNCC

Prezado Candidato, o tema supracitado, já foi abordado na matéria de Fundamentos da Educação

A EDUCAÇÃO INFANTIL NO CURRÍCULO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

A educação infantil em Pernambuco é regulamentada por políticas públicas e diretrizes curriculares que seguem os preceitos da BNCC, mas que também respeitam as particularidades regionais. A Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco, em conjunto com os municípios, é responsável pela organização e execução das políticas voltadas para a educação infantil.

O currículo de Pernambuco para a educação infantil é orientado pelos princípios da integralidade do desenvolvimento, enfatizando que a aprendizagem e o desenvolvimento da criança ocorrem de forma integrada e indissociável. Além disso, o currículo do estado prioriza o respeito às culturas locais e regionais, estimulando a criança a interagir com o ambiente e a comunidade onde vive.

Entre as principais diretrizes curriculares para a educação infantil no estado, destacam-se:

- **Respeito ao desenvolvimento integral:** O currículo reconhece que a criança se desenvolve em múltiplas dimensões, e o trabalho pedagógico deve contemplar o desenvolvimento físico, emocional, cognitivo, social e cultural.

- **Valorização do brincar:** O brincar é entendido como uma prática essencial para o aprendizado na educação infantil, pois é por meio das brincadeiras que as crianças desenvolvem habilidades motoras, sociais e cognitivas.

- **Inclusão social e equidade:** As políticas estaduais para a educação infantil visam garantir o acesso universal e inclusivo à educação, respeitando as diferenças e promovendo a igualdade de oportunidades para todas as crianças, independentemente de suas origens sociais, econômicas ou culturais.

Essas diretrizes garantem que a educação infantil em Pernambuco esteja alinhada com as metas de desenvolvimento humano e cidadania, preparando as crianças para uma trajetória educacional sólida e para o exercício pleno de seus direitos desde a infância.

Campos de Experiência na Educação Infantil

O currículo da educação infantil em Pernambuco segue os campos de experiência propostos pela BNCC, que são organizados em torno das diferentes dimensões da aprendizagem e do desenvolvimento da criança. Esses campos de experiência proporcionam uma visão integrada e global do desenvolvimento infantil e são adaptados ao contexto cultural e social de Pernambuco.

Os cinco campos de experiência trabalhados na educação infantil são:

- **O Eu, o Outro e o Nós:** Focado no desenvolvimento da identidade, autonomia e socialização da criança. As atividades pedagógicas incentivam a convivência em grupo, o respeito às diferenças e a formação de vínculos afetivos.

- **Corpo, Gestos e Movimentos:** Promove o desenvolvimento motor, o uso do corpo como forma de expressão e a percepção corporal. Atividades como brincadeiras ao ar livre e jogos de movimento são incentivadas.

- **Traços, Sons, Cores e Formas:** Estimula a criatividade, a expressão artística e o contato com diferentes linguagens, como artes plásticas, música e teatro. Através dessas atividades, a criança experimenta formas variadas de expressão e comunicação.

- **Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação:** Incentiva o desenvolvimento da linguagem oral e escrita, além do pensamento crítico e da imaginação. A contação de histórias, o diálogo e a escuta ativa são práticas recorrentes.

- **Espaços, Tempos, Quantidades, Relações e Transformações:** Estimula a criança a explorar o mundo físico e social, desenvolvendo noções de espaço, tempo, quantidades e relações matemáticas de forma lúdica.

Esses campos de experiência estruturam as atividades e projetos pedagógicos, permitindo que as crianças explorem o ambiente e o mundo de forma abrangente, ao mesmo tempo em que constroem conhecimentos fundamentais para seu desenvolvimento.

Princípios Pedagógicos da Educação Infantil no Estado

Os princípios pedagógicos da educação infantil em Pernambuco são orientados para promover um ensino que respeite o desenvolvimento integral das crianças, considerando-as como protagonistas de sua aprendizagem. Entre os princípios fundamentais, destacam-se:

- **Centralidade da criança no processo de aprendizagem:** A criança é vista como sujeito ativo, com curiosidade natural e capacidade de construir conhecimento a partir de suas interações com o mundo. O professor atua como mediador e facilitador desse processo.

- **Brincar como eixo estruturante:** O brincar é considerado uma ferramenta pedagógica central, pois é através das brincadeiras que as crianças exploram o mundo ao seu redor, experimentam diferentes papéis sociais e desenvolvem habilidades cognitivas e motoras.

- **Diversidade e inclusão:** O currículo pernambucano valoriza a diversidade cultural, social e econômica das crianças e se compromete a garantir uma educação inclusiva. O respeito às diferenças é fundamental para que todos os alunos se sintam parte da comunidade escolar.

- **Integração com a comunidade:** A educação infantil em Pernambuco busca construir laços entre a escola, as famílias e a comunidade. Isso se traduz em atividades que promovem o engajamento dos pais e o uso dos recursos culturais e naturais da região.

Esses princípios pedagógicos garantem que a educação infantil no estado seja um espaço de respeito, criatividade e aprendizado ativo, contribuindo para o pleno desenvolvimento das crianças.

Formação de Professores e os Desafios da Implementação do Currículo

A formação dos professores é um aspecto crucial para a implementação do currículo da educação infantil em Pernambuco. Os professores que atuam nessa etapa devem ter conhecimento profundo sobre o desenvolvimento infantil e estar preparados para aplicar as diretrizes curriculares de forma eficaz e criativa.

O estado de Pernambuco oferece formação continuada para os professores de educação infantil, abordando temas como práticas pedagógicas inovadoras, avaliação formativa, inclusão e diversidade, e o uso de tecnologias na educação. No entanto, ainda há desafios significativos, como:

- **Infraestrutura e recursos:** Nem todas as escolas de educação infantil têm acesso a recursos adequados, como materiais pedagógicos, espaços apropriados para brincadeiras e profissionais especializados.

- **Desigualdade regional:** Pernambuco, como muitos estados brasileiros, enfrenta disparidades entre as áreas urbanas e rurais, o que afeta a qualidade da educação infantil oferecida em diferentes partes do estado.

- **Capacitação contínua:** É fundamental garantir que todos os professores recebam treinamento adequado e contínuo, especialmente em áreas rurais e periféricas, onde o acesso à formação de qualidade pode ser mais limitado.

Superar esses desafios é essencial para assegurar que todas as crianças pernambucanas tenham acesso a uma educação infantil de qualidade.

Prezado(a),

A fim de atender na íntegra o conteúdo do edital, este tópico será disponibilizado na Área do Aluno em nosso site. Essa área é reservada para a inclusão de materiais que complementam a apostila, sejam esses, legislações, documentos oficiais ou textos relacionados a este material, e que, devido a seu formato ou tamanho, não cabem na estrutura de nossas apostilas.

Por isso, para atender você da melhor forma, os materiais são organizados de acordo com o título do tópico a que se referem e podem ser acessados seguindo os passos indicados na página 2 deste material, ou por meio de seu login e senha na Área do Aluno.

Visto a importância das leis indicadas, lá você acompanha melhor quaisquer atualizações que surgirem depois da publicação da apostila.

Se preferir, indicamos também acesso direto ao arquivo pelo link a seguir:

<https://www.afogadosdaingazeira.pe.gov.br/selecao-simplificada/CURRICULO-DE-PERNAMBUCO-EDUCACAO-INFANTIL-3.pdf>

Bons estudos!

FUNDAMENTOS DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Introdução

A educação infantil é reconhecida como a primeira etapa da educação básica e compreende o atendimento educacional de crianças de zero a cinco anos. Essa fase é crucial para o desenvolvimento integral das crianças, englobando os aspectos físico, cognitivo, emocional e social. A educação infantil tem um papel formativo essencial, promovendo a base para o aprendizado futuro e o desenvolvimento de habilidades fundamentais para a vida em sociedade.

Historicamente, a educação infantil foi vista como uma fase de cuidado e não necessariamente como parte do processo educativo formal. No entanto, com o avanço das teorias pedagógicas e da psicologia do desenvolvimento, passou a ser compreendida como uma etapa essencial do processo educacional. No Brasil, a educação infantil é regulamentada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e orientada pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que define princípios, direitos de aprendizagem e diretrizes para a organização curricular.

Concepções Filosóficas e Teóricas da Educação Infantil

A educação infantil é fundamentada em diferentes correntes filosóficas e teóricas que moldam suas práticas pedagógicas. Entre as principais teorias que influenciam a educação infantil estão:

- **Construtivismo:** Teoria proposta por Jean Piaget, que defende que a criança constrói seu conhecimento por meio da interação com o ambiente e com o outro. O construtivismo enfatiza o papel ativo da criança no aprendizado, onde ela é incentivada a explorar, experimentar e refletir sobre o que aprende. O desenvolvimento cognitivo ocorre em etapas, cada uma com características próprias, e o ensino deve respeitar essas fases.

- **Sociointeracionismo:** A teoria de Lev Vygotsky propõe que o aprendizado é mediado pela interação social e pela cultura. Vygotsky destaca a importância do outro no processo de construção do

conhecimento, com o conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), que se refere ao espaço entre o que a criança pode fazer sozinha e o que ela consegue fazer com ajuda. A linguagem e o diálogo desempenham papéis centrais no desenvolvimento cognitivo.

- **Pedagogias críticas:** Pensadores como Paulo Freire influenciaram a educação infantil com suas ideias sobre a educação como prática de liberdade e emancipação. A pedagogia freiriana valoriza o diálogo, a reflexão e a participação ativa da criança no processo educativo, respeitando seus saberes e contextos sociais.

Essas concepções teóricas fundamentam uma educação infantil voltada para a exploração, a descoberta e o desenvolvimento pleno da criança, considerando-a um ser ativo e social em constante interação com o mundo.

Princípios Pedagógicos da Educação Infantil

Os princípios pedagógicos que orientam a educação infantil são essenciais para garantir que o processo educativo seja significativo e respeite o desenvolvimento integral da criança. Entre os principais princípios estão:

- **Respeito ao desenvolvimento integral:** A educação infantil deve considerar as múltiplas dimensões do desenvolvimento infantil – físico, emocional, cognitivo, social e cultural. O foco está em promover a autonomia da criança, permitindo que ela explore, experimente e construa seu conhecimento de forma ativa.

- **Brincar como eixo central:** O brincar é reconhecido como uma atividade fundamental na educação infantil. Por meio das brincadeiras, a criança desenvolve habilidades cognitivas, motoras, sociais e emocionais. O ato de brincar estimula a criatividade, a resolução de problemas e a cooperação, sendo uma forma natural de aprendizado.

- **Socialização e inclusão:** A educação infantil é um espaço de convivência, onde as crianças aprendem a interagir com outras crianças e adultos, respeitando as diferenças e construindo valores como respeito, empatia e cooperação. A inclusão de crianças com diferentes necessidades é um princípio central, garantindo que todas tenham acesso às mesmas oportunidades de aprendizado.

- **Exploração do ambiente:** A criança aprende por meio da exploração do mundo ao seu redor, e o ambiente deve ser pensado como um espaço educativo. A interação com a natureza, com materiais concretos e com o espaço físico é parte essencial do desenvolvimento infantil.

Esses princípios orientam as práticas pedagógicas na educação infantil, garantindo que as crianças tenham um ambiente rico em estímulos e oportunidades para crescer de maneira saudável e criativa.

Organização do Currículo na Educação Infantil

O currículo da educação infantil deve ser planejado de forma a respeitar o ritmo de aprendizagem das crianças e a promover experiências que estimulem o desenvolvimento integral. No Brasil, a BNCC estabelece os campos de experiência como eixo estruturador do currículo para essa etapa, que são:

- **O Eu, o Outro e o Nós:** Desenvolvimento da identidade, autonomia e relações sociais.

- **Corpo, Gestos e Movimentos:** Exploração do corpo e desenvolvimento motor.

- **Traços, Sons, Cores e Formas:** Expressão artística e criatividade.

- **Escuta, Fala, Pensamento e Imaginação:** Desenvolvimento da linguagem oral e escrita.

- **Espaços, Tempos, Quantidades, Relações e Transformações:** Desenvolvimento do pensamento lógico-matemático e das relações espaciais.

O planejamento pedagógico deve considerar as particularidades de cada criança, respeitando seu contexto social, cultural e suas necessidades. A avaliação, nesse sentido, não é punitiva, mas contínua e reflexiva, buscando entender o processo de aprendizagem e desenvolvimento de cada aluno, promovendo ajustes e intervenções pedagógicas adequadas.

O Papel do Professor e da Família na Educação Infantil

O papel do professor na educação infantil é o de mediador e facilitador do processo de aprendizagem e desenvolvimento da criança. O educador deve criar ambientes que incentivem a curiosidade, a exploração e a construção de conhecimento. Além disso, o professor precisa estar atento às necessidades emocionais e sociais das crianças, promovendo um clima de acolhimento e respeito.

A formação do professor de educação infantil exige uma compreensão profunda das fases do desenvolvimento infantil e das metodologias pedagógicas mais eficazes para cada faixa etária. A formação continuada é fundamental para que o educador possa refletir sobre sua prática e atualizar-se em relação às novas abordagens educativas.

A participação da família também é um elemento chave na educação infantil. A parceria entre escola e família contribui para o desenvolvimento integral da criança, garantindo que o processo de aprendizagem seja complementado e apoiado em casa. As famílias devem ser envolvidas nas decisões pedagógicas e incentivadas a participar das atividades escolares, promovendo uma educação que seja realmente integrada e colaborativa.

Conclusão

Os fundamentos da educação infantil estão baseados na compreensão de que essa fase da vida é essencial para o desenvolvimento integral da criança. A educação infantil deve ser um espaço onde a criança possa explorar, brincar, aprender e interagir de forma plena, respeitando seu ritmo e suas necessidades.

Com base em princípios pedagógicos que valorizam o brincar, a socialização e a inclusão, e orientado por teorias construtivistas e sociointeracionistas, o currículo da educação infantil é projetado para promover uma educação que reconhece a criança como protagonista de seu próprio desenvolvimento. O professor, como mediador, e a família, como parceira, têm papéis essenciais para garantir que essa primeira etapa da educação básica seja rica, significativa e formadora de cidadãos conscientes e preparados para a vida.

A qualidade da educação infantil é determinante para o futuro educacional das crianças, e a continuidade de investimentos em formação docente, infraestrutura e políticas de inclusão é fundamental para assegurar que todas as crianças tenham acesso a uma educação de qualidade desde os primeiros anos de vida.

ASPECTOS PEDAGÓGICOS: SABERES E FAZERES NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A Educação Infantil desempenha um papel crucial no desenvolvimento integral das crianças, proporcionando um ambiente seguro, estimulante e enriquecedor para explorar, aprender e crescer.

Teoria do Desenvolvimento de Piaget

Jean Piaget acreditava que as crianças eram capazes de construir ativamente o conhecimento por meio da interação com o ambiente. Na Educação Infantil, isso significa fornecer oportunidades para que as crianças explorem, experimentem e descubram por si mesmas. As atividades sensoriais, brincadeiras e jogos são essenciais, pois estimulam o pensamento crítico e a resolução de problemas.

Piaget identificou estágios específicos de desenvolvimento cognitivo, como o sensorio-motor (do nascimento aos 2 anos) e o pré-operacional (dos 2 aos 7 anos), nos quais as crianças adquirem diferentes habilidades e compreensões do mundo ao seu redor. Por exemplo, na fase sensorio-motora, as crianças exploram o mundo por meio dos sentidos e do movimento, enquanto na fase pré-operacional, elas começam a desenvolver a linguagem e a capacidade de representação simbólica.

Abordagem Socioconstrutivista de Vygotsky

Lev Vygotsky enfatizou o papel do ambiente social no desenvolvimento das crianças. Na Educação Infantil, isso se traduz em promover interações colaborativas entre as crianças e com os adultos. As atividades que estimulam a comunicação, a resolução de problemas e o pensamento crítico são essenciais.

Vygotsky introduziu o conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), que destaca a diferença entre o que a criança pode fazer sozinha e o que pode fazer com ajuda de um adulto ou colega mais competente. Isso implica que os educadores devem fornecer suporte adequado e desafios apropriados para cada criança, promovendo seu desenvolvimento cognitivo e social de maneira significativa e eficaz.

Teoria Sociohistórica de Wallon

Henri Wallon destacou a importância do desenvolvimento emocional e social das crianças. Na Educação Infantil, isso implica criar um ambiente seguro e acolhedor, onde as emoções das crianças são reconhecidas e trabalhadas de forma positiva. Wallon identificou estágios emocionais, como a emoção, o gesto e a pessoa, nos quais as crianças desenvolvem uma compreensão mais profunda de si mesmas e dos outros. Isso significa que os educadores devem valorizar as experiências emocionais das crianças e oferecer oportunidades para que expressem seus sentimentos de maneira saudável e construtiva. Além disso, é importante promover interações positivas entre as crianças, incentivando o desenvolvimento de habilidades sociais, como empatia, cooperação e resolução de conflitos.

– Práticas pedagógicas alternativas na educação infantil

Abordagem Montessoriana

Baseada nos princípios de Maria Montessori, esta abordagem enfatiza a autonomia e a independência das crianças. Na Educação Infantil, isso se manifesta através de um ambiente preparado, com materiais educativos adequados ao desenvolvimento infantil. As crianças são incentivadas a explorar e aprender no seu próprio ritmo, escolhendo livremente as atividades que desejam realizar.

O educador atua como um observador e facilitador, oferecendo suporte quando necessário. Os materiais montessorianos são cuidadosamente selecionados para estimular o desenvolvimento sensorial, cognitivo e motor das crianças, permitindo que elas desenvolvam habilidades de forma independente e autônoma.

Pedagogia Waldorf

Desenvolvida por Rudolf Steiner, a pedagogia waldorf valoriza o desenvolvimento integral da criança, incluindo aspectos cognitivos, emocionais, espirituais e artísticos. Na Educação Infantil, isso se reflete em atividades artísticas, contação de histórias, música e movimento. As crianças são incentivadas a explorar sua criatividade e expressão artística, enquanto desenvolvem habilidades sociais e emocionais em um ambiente acolhedor e não competitivo.

O currículo waldorf é baseado em ritmos naturais e sazonais, com ênfase no brincar, na imaginação e na conexão com a natureza. Os educadores waldorf são treinados para nutrir o desenvolvimento holístico das crianças, cultivando sua curiosidade, amor pela aprendizagem e respeito pelo mundo ao seu redor.

Pedagogia Freinet

Célestin Freinet propôs uma abordagem educacional baseada na liberdade e na participação ativa dos alunos. Na Educação Infantil, isso envolve promover a expressão criativa, a investigação e a experimentação. Os projetos são uma parte central da abordagem Freinet, onde as crianças escolhem temas de interesse e trabalham em colaboração para explorá-los de maneira significativa. O educador atua como um mediador, oferecendo suporte e orientação conforme necessário.

A ênfase é colocada na aprendizagem pela experiência, permitindo que as crianças descubram o mundo através de atividades práticas e envolventes. A pedagogia Freinet valoriza a autonomia e a responsabilidade das crianças, incentivando-as a assumir o controle de seu próprio aprendizado e a tomar decisões informadas sobre suas experiências educacionais.

Projetos e Práticas Pedagógicas na Educação Infantil

Os projetos na Educação Infantil são atividades ou temas que são explorados de forma integrada e interdisciplinar. Eles permitem que as crianças investiguem, descubram e criem conhecimento sobre um tema específico, utilizando diferentes habilidades e áreas do conhecimento.

Os projetos podem surgir a partir dos interesses e questionamentos das crianças, proporcionando oportunidades para explorar tópicos de maneira significativa e envolvente. Por exemplo, um projeto sobre animais pode envolver pesquisas, observações de animais vivos ou visitas a zoológicos, além de atividades artísticas e literárias relacionadas ao tema. Os projetos incentivam a curiosidade, a criatividade e a colaboração, enquanto promovem o desenvolvimento de habilidades acadêmicas e sociais.

LÍNGUA PORTUGUESA - ESPECÍFICOS

CONHECIMENTOS ESSENCIAIS PARA O PROCESSO DE LETRAMENTO E ALFABETIZAÇÃO NA LÍNGUA PORTUGUESA

Introdução

O letramento e a alfabetização são dois conceitos frequentemente tratados de forma complementar, mas que possuem distinções importantes. A alfabetização refere-se ao processo de ensino e aprendizagem do sistema de escrita, ou seja, a habilidade de ler e escrever. Já o letramento é um conceito mais amplo e envolve o uso competente da leitura e da escrita em práticas sociais diversas. Assim, entender os conhecimentos essenciais para esses processos é fundamental para garantir o sucesso da aprendizagem na Língua Portuguesa, sobretudo em contextos escolares.

A importância da consciência fonológica

A consciência fonológica é uma habilidade crucial no processo de alfabetização, pois refere-se à capacidade de perceber e manipular os sons da fala (fonemas) e a sua correspondência com os grafemas (letras). Esse conhecimento permite que a criança compreenda que as palavras são compostas de unidades sonoras menores (sílabas e fonemas) e que essas unidades podem ser representadas graficamente.

A prática de atividades que envolvem a segmentação de palavras, a contagem de sílabas e o reconhecimento de rimas, por exemplo, é essencial para o desenvolvimento dessa habilidade. Estudos comprovam que crianças que possuem maior consciência fonológica têm mais facilidade no aprendizado da leitura e da escrita, pois conseguem fazer a correspondência entre sons e letras com mais eficiência.

Exemplo prático: Atividades de rimas, separação silábica e identificação de fonemas iniciais ajudam no desenvolvimento da consciência fonológica.

A relação entre fala e escrita

Outro conhecimento essencial para o letramento e a alfabetização é a relação entre a linguagem oral e a escrita. Embora a fala e a escrita compartilhem o mesmo código linguístico, são manifestações diferentes da língua. A fala é adquirida naturalmente pela criança em contextos sociais, enquanto a escrita requer um ensino sistemático e intencional.

Para que o processo de alfabetização seja bem-sucedido, é importante que a criança compreenda essa relação e perceba que a escrita é uma representação gráfica da fala. Assim, atividades que promovam a reflexão sobre a língua falada e escrita, como ditados e reescrita de textos orais, contribuem para o desenvolvimento dessa habilidade.

Exemplo prático: Um exercício de ditado pode ajudar a criança a entender como os sons da fala se relacionam com as letras no papel.

Conhecimento das regularidades e irregularidades do sistema ortográfico

A ortografia da Língua Portuguesa é marcada por regularidades, como as regras de acentuação e de combinação de consoantes e vogais, mas também por uma série de irregularidades. No processo de alfabetização, é fundamental que os alunos aprendam a identificar e a lidar com essas regularidades, como as famílias silábicas e as regras de uso das letras “c”, “ç”, “qu”, “gu” etc.

Além disso, as irregularidades da língua, como o uso de dígrafos (ex.: “ch”, “lh”) e encontros consonantais, precisam ser trabalhadas de forma que a criança entenda que a língua portuguesa não é completamente fonética, ou seja, nem sempre há uma correspondência direta entre som e letra.

Exemplo prático: Ensinar as regras ortográficas mais comuns e depois introduzir palavras que fogem a essas regras, como “xícara” ou “escola”.

O papel da morfologia e da sintaxe no processo de alfabetização

No processo de letramento, é importante que os alunos adquiram conhecimentos sobre a morfologia (estrutura das palavras) e a sintaxe (estrutura das frases). Isso inclui o reconhecimento de prefixos, sufixos, radicais e a formação de palavras, bem como a organização de palavras em frases com sentido. Essas habilidades são essenciais não só para a escrita correta, mas também para a leitura com compreensão.

O ensino de estruturas morfológicas, como a formação de novas palavras por derivação e composição, amplia o vocabulário dos alunos e facilita a interpretação de textos mais complexos. Da mesma forma, a compreensão das regras sintáticas, como a concordância verbal e nominal, contribui para a produção de textos claros e bem estruturados.

Exemplo prático: Analisar frases simples com diferentes estruturas para identificar sujeito, verbo e complementos.

5. Práticas sociais de leitura e escrita: a importância do letramento

Enquanto a alfabetização se foca na aquisição das habilidades de decodificação e codificação da língua, o letramento envolve o uso dessas habilidades em contextos sociais reais. Um aluno letrado sabe utilizar a leitura e a escrita em diferentes gêneros textuais, como narrativas, bilhetes, e-mails, artigos de opinião e receitas.

Promover o contato com diferentes práticas de leitura e escrita no ambiente escolar é essencial para que o aluno se aproprie dessas habilidades de forma significativa. Isso inclui o uso de textos autênticos, que circulam socialmente, como jornais, revistas, livros literários e informativos.

Exemplo prático: Leitura de uma notícia em sala de aula seguida de um debate sobre o tema abordado no texto, incentivando a interpretação e produção textual.

Conclusão

Os processos de letramento e alfabetização na Língua Portuguesa demandam um conjunto amplo e integrado de conhecimentos. Desde a consciência fonológica até as práticas sociais de leitura e escrita, é necessário que o ensino da língua se dê de forma sistemática, mas também significativa, permitindo que os alunos não apenas decodifiquem a escrita, mas se apropriem de sua função social. A formação de indivíduos capazes de utilizar a língua de maneira competente em diferentes contextos é o objetivo final dessas duas etapas fundamentais da educação linguística.

PRODUÇÃO DE GÊNEROS ORAIS

Introdução

A produção de gêneros orais é um aspecto central do desenvolvimento linguístico e social, sendo fundamental para a comunicação eficaz em diversas situações cotidianas. Diferente da comunicação escrita, os gêneros orais envolvem características específicas, como a espontaneidade, a interatividade e o uso de recursos não-verbais. Esses gêneros estão presentes em diferentes esferas de atividade humana, como o ambiente escolar, o trabalho, as relações interpessoais e os meios de comunicação. O ensino da produção oral nas escolas busca capacitar os alunos para o uso competente da língua em contextos variados, desenvolvendo não apenas a fluência verbal, mas também a capacidade de organizar ideias de forma clara e coerente.

A importância da oralidade no desenvolvimento linguístico

A oralidade é o primeiro contato do indivíduo com a língua e, por isso, desempenha um papel fundamental no desenvolvimento da competência comunicativa. A fala é adquirida de forma natural em contextos sociais, e sua importância vai além da simples transmissão de informações: ela permite a expressão de emoções, opiniões, intenções e também a construção de relacionamentos.

No ambiente escolar, a produção de gêneros orais precisa ser valorizada tanto quanto a produção escrita, uma vez que muitas interações cotidianas ocorrem por meio da fala. Ao promover o desenvolvimento da oralidade, a escola contribui para a formação de sujeitos que saibam se comunicar de maneira clara e eficiente, levando em consideração o contexto e o interlocutor.

Exemplo prático: Debates em sala de aula sobre temas atuais permitem que os alunos pratiquem a organização de suas ideias e a defesa de seus pontos de vista oralmente.

Características dos gêneros orais

Os gêneros orais são variados e incluem situações formais e informais, como conversas cotidianas, entrevistas, palestras, debates, reuniões, entre outros. Cada gênero possui características próprias, que podem variar de acordo com o grau de formalidade, a intenção comunicativa e o contexto.

Entre as características dos gêneros orais, destacam-se a espontaneidade, a interatividade e o uso de recursos expressivos, como o tom de voz, a entonação e a gesticulação. Além disso, os gêneros orais frequentemente utilizam frases mais curtas, com pausas e reformulações, já que a fala ocorre de forma imediata e, muitas vezes, sem a possibilidade de revisão.

Exemplo prático: Em uma conversa informal, são comuns a sobreposição de falas e a flexibilidade quanto às normas gramaticais, enquanto uma palestra exige uma fala mais estruturada e formal.

Estratégias para a produção eficaz de gêneros orais

Para uma produção oral eficaz, é necessário desenvolver estratégias que garantam clareza, coesão e adequação ao gênero em questão. Isso envolve tanto o planejamento da fala quanto a habilidade de improvisar quando necessário. Uma estratégia importante é a organização das ideias em uma sequência lógica, com início, desenvolvimento e conclusão, além do uso de conectivos que ajudem a manter a fluidez do discurso.

Outra estratégia importante é o uso de exemplos e explicações que facilitem a compreensão da mensagem, especialmente em situações mais formais, como apresentações orais e palestras. Além disso, é importante prestar atenção ao ritmo da fala, evitando tanto a velocidade excessiva quanto pausas prolongadas que possam causar confusão ou desinteresse.

Exemplo prático: Ao preparar uma apresentação oral, o aluno pode organizar suas ideias em tópicos e praticar o uso de conectivos para garantir a fluidez do discurso, como “primeiramente”, “em seguida” e “por fim”.

Adequação ao público e ao contexto

A produção de gêneros orais exige que o falante leve em consideração o público-alvo e o contexto da fala. Um discurso eficiente deve ser adaptado à faixa etária, ao nível de escolaridade e ao conhecimento prévio dos ouvintes sobre o assunto. Além disso, o contexto – formal ou informal – também influencia a escolha das palavras, o tom de voz e a postura corporal.

Por exemplo, uma fala dirigida a um grupo de crianças deve ser mais simples e lúdica, enquanto uma palestra acadêmica demanda uma linguagem mais formal e técnica. A capacidade de ajustar a fala ao interlocutor e à situação é um dos aspectos mais importantes da competência comunicativa.

Exemplo prático: Um professor que fala com alunos do ensino fundamental usará uma linguagem acessível e exemplos do cotidiano para explicar um conceito, enquanto, em uma conferência científica, ele usará termos técnicos e abordagens teóricas mais aprofundadas.

Uso de recursos linguísticos e não-linguísticos na produção oral

A produção de gêneros orais não envolve apenas o uso da linguagem verbal, mas também de recursos não-linguísticos, como a entonação, os gestos, a expressão facial e a postura corporal. Esses elementos são essenciais para a comunicação eficaz, pois ajudam a enfatizar a mensagem e a expressar emoções e intenções.

No caso de gêneros formais, como apresentações ou debates, o uso de recursos não-linguísticos deve ser controlado e planejado, evitando exageros que possam desviar a atenção da mensagem. Já em contextos mais informais, esses recursos podem ser utilizados de forma mais espontânea e descontraída, contribuindo para a criação de um ambiente de interação mais dinâmico.

Exemplo prático: Durante uma apresentação oral, o uso de gestos e de uma entonação variada pode tornar a fala mais interessante e prender a atenção do público.

Conclusão

A produção de gêneros orais é uma competência essencial no domínio da Língua Portuguesa, pois abrange a capacidade de se comunicar de forma clara, coesa e adequada a diferentes situações. O desenvolvimento dessa habilidade envolve o conhecimento das características específicas de cada gênero oral, o uso de estratégias de planejamento e improvisação, a adequação ao público e ao contexto, e o uso eficaz de recursos linguísticos e não-linguísticos. Ao promover a prática de gêneros orais em sala de aula, o ensino contribui para a formação de indivíduos capazes de se expressar com segurança e competência em diversas esferas da vida social e profissional.

CULTURA ESCRITA

Introdução

A cultura escrita refere-se ao conjunto de práticas, conhecimentos e valores associados ao uso da escrita em uma sociedade. É um conceito que vai além da simples habilidade de ler e escrever, englobando também as formas como a escrita é usada, transmitida e compreendida em contextos sociais, culturais e históricos. O desenvolvimento da cultura escrita transformou profundamente as sociedades, possibilitando o registro e a transmissão de conhecimento ao longo do tempo, o que impactou áreas como a ciência, a literatura, a educação e as relações sociais.

A cultura escrita também é fundamental no processo de letramento, uma vez que o aprendizado da leitura e da escrita só se torna significativo quando inserido nas práticas sociais que utilizam esses códigos. A seguir, serão explorados os principais aspectos relacionados à cultura escrita, como sua origem histórica, a influência das tecnologias, as práticas sociais de leitura e escrita, o papel da escola na promoção da cultura escrita e os desafios contemporâneos relacionados ao tema.

Origem e evolução da cultura escrita

A cultura escrita tem suas origens na invenção da escrita, que surgiu há cerca de 5 mil anos, em diferentes partes do mundo, como na Mesopotâmia, no Egito, na China e na Mesoamérica. A

partir dessas invenções, a escrita foi utilizada inicialmente para funções administrativas, comerciais e religiosas, mas com o tempo se expandiu para registros históricos, literários e científicos.

A cultura escrita transformou-se ao longo dos séculos, especialmente com o advento de tecnologias como o papel, a prensa de Gutenberg e, mais recentemente, o computador e a internet. Essas inovações ampliaram o acesso à leitura e à escrita e transformaram profundamente a maneira como o conhecimento é produzido e disseminado.

Exemplo prático: A invenção da prensa de Gutenberg, em 1440, possibilitou a produção de livros em larga escala, promovendo o aumento da alfabetização e a difusão de ideias durante o Renascimento.

A influência das tecnologias na cultura escrita

As tecnologias desempenham um papel central na forma como a cultura escrita se desenvolve. Cada avanço tecnológico, desde a invenção do alfabeto até o surgimento da era digital, impacta a maneira como lemos e escrevemos, além de alterar as práticas de produção e consumo de textos.

Atualmente, a internet e os dispositivos digitais, como smartphones e computadores, modificaram significativamente a cultura escrita. A leitura e a escrita deixaram de estar restritas a livros e jornais impressos e passaram a ocorrer em formatos digitais, como blogs, redes sociais, e-books e plataformas colaborativas. Essa transformação gerou novas formas de interação e comunicação, mas também trouxe desafios, como a leitura superficial e o excesso de informações.

Exemplo prático: O surgimento das redes sociais criou novas formas de escrita e interação, como os comentários curtos e as postagens rápidas, que são características da comunicação digital.

Práticas sociais de leitura e escrita

A cultura escrita é composta por diferentes práticas sociais que envolvem a leitura e a escrita, como o uso da escrita para o trabalho, o estudo, a comunicação interpessoal e o lazer. Cada contexto exige habilidades e conhecimentos específicos, que são adquiridos ao longo da vida e através da inserção em comunidades de prática que compartilham o uso da escrita.

As práticas sociais de leitura e escrita variam entre grupos e instituições. Por exemplo, no ambiente acadêmico, a escrita é formal e voltada para a construção do conhecimento científico, enquanto em ambientes informais, como grupos de mensagens instantâneas, a linguagem é mais descontraída e fragmentada. O letramento envolve o domínio dessas diferentes práticas e a capacidade de usá-las adequadamente em diferentes situações.

Exemplo prático: A leitura de um romance requer habilidades de interpretação literária, enquanto a leitura de um manual técnico exige a capacidade de decodificar instruções precisas e objetivas.

O papel da escola na promoção da cultura escrita

A escola desempenha um papel fundamental na introdução e promoção da cultura escrita, pois é o ambiente onde os alunos aprendem as habilidades necessárias para ler e escrever de maneira competente. O processo de alfabetização e letramento realizado pela escola visa não apenas ensinar a decodificação das palavras, mas também inserir os alunos nas práticas sociais que envolvem a leitura e a escrita.

O ensino da cultura escrita deve ir além da simples aquisição de habilidades mecânicas, como o reconhecimento de letras e palavras, e focar no desenvolvimento da capacidade crítica e reflexiva dos alunos em relação aos textos que leem e produzem. A escola deve proporcionar o contato com uma diversidade de gêneros textuais e incentivar a escrita e a leitura como práticas significativas e socialmente relevantes.

Exemplo prático: Trabalhar com diferentes gêneros textuais em sala de aula, como notícias, poemas e textos de opinião, ajuda os alunos a entenderem como a escrita se organiza em diferentes contextos.

Desafios contemporâneos da cultura escrita

Embora a cultura escrita esteja presente em grande parte das sociedades, há ainda muitos desafios a serem enfrentados, especialmente em relação à desigualdade de acesso à educação e às novas tecnologias. Em muitas regiões, o analfabetismo e o analfabetismo funcional (quando a pessoa sabe ler e escrever, mas não consegue interpretar textos complexos) ainda são problemas graves, que limitam o pleno exercício da cidadania e a inserção em práticas sociais letradas.

Além disso, a era digital trouxe novos desafios para a cultura escrita, como o excesso de informações, que dificulta a leitura aprofundada, e a proliferação de textos sem credibilidade, como as fake news. O desenvolvimento da leitura crítica e da capacidade de identificar fontes confiáveis tornou-se uma competência essencial para a navegação no ambiente digital contemporâneo.

Exemplo prático: Incentivar o uso consciente e crítico da internet em sala de aula, ensinando os alunos a verificar a origem das informações e a avaliar a confiabilidade dos textos que leem.

Conclusão

A cultura escrita é um elemento central para o desenvolvimento das sociedades modernas, influenciando não apenas o acesso ao conhecimento, mas também a forma como nos comunicamos e interagimos. Ao longo da história, a escrita evoluiu em resposta às mudanças tecnológicas e sociais, e hoje está profundamente impactada pela digitalização. No entanto, para que a cultura escrita seja plenamente acessível, é necessário enfrentar os desafios do analfabetismo e da exclusão digital, além de promover uma educação que valorize a leitura crítica e a escrita como ferramentas de participação cidadã. A escola, nesse sentido, tem um papel fundamental ao inserir os alunos nas diversas práticas de leitura e escrita e ao fomentar o letramento em todas as suas dimensões.

LEITURA: CONCEPÇÃO, COMPETÊNCIA LEITORA, ESTRATÉGIAS E PRÁTICAS

— Conceção

Em poucas palavras, a leitura é um exercício que transcende as palavras, e constitui requisitos básicos para a comunicação, a obtenção do saber e a aquisição de novas habilidades. Já foi comumente abordada apenas pela perspectiva da decodificação, porém, essa concepção foi se modificando aos poucos, pois a leitura passou a ser considerada uma habilidade extensiva que compreende diversas formas de comunicação e de relação com várias informações. Com isso, não existe apenas uma concepção capaz de definir toda a multivalência da leitura. Essas muitas

concepções estão sujeitas a propósitos e contextos. Dentre as conjunturas, uma das predominantes é a que se refere ao processo inicial de aprendizagem da leitura e da escrita.

— Gêneros

A leitura consiste em um instrumento fundamental para obtenção de experiência e de cultura. Além disso, a leitura dos gêneros do discurso que transitam todos os dias na sociedade possibilita o entendimento e a absorção dos conceitos abstratos e, conseqüentemente, oferece mais e melhores oportunidades de crescimento social e profissional.

Diariamente, transitam em nossa sociedade inúmeros gêneros discursivos, sendo que cada um deles possui uma intenção e propósito específicos, estando, por seu turno, relacionados a uma dada conjuntura de interação social, dentro de uma sociedade. Com sua introdução na conjuntura da leitura e da escrita, a pessoa passa a ter diante si uma infinidade de textos pertencentes aos mais variados gêneros discursivos.

Diante disso, é possível dizer que, apesar de não existirem gêneros unicamente voltados para a atividade em sala de aula, é fundamental que o professor ofereça aos alunos textos dos tipos mais diversos, para que eles venham a conhecer além do convívio de gênero, isto é, tenham contato com as configurações e especificidades textuais e as funcionalidades da língua.

Conforme postulam as Diretrizes Curriculares Estaduais (DCEs), as práticas discursivas trabalhadas em sala de aula devem envolver o discurso como prática social (conteúdo estruturante) e os conteúdos discursivos, que nada mais são que os gêneros. Nesse sentido, os conteúdos específicos compreendem os variados gêneros discursivos e os componentes linguístico-discursivos. Estes consistem, basicamente, nas unidades linguísticas relacionadas às unidades de linguagem, originadas a partir da posição que o emissor desempenha no enunciado e nos conteúdos referentes ao propósito ou ao objeto discursivo, isto é, aquilo que pode vir a ser comunicado por meio de um gênero e nas composições, consideradas a estrutura própria dos textos que fazem parte de um gênero.

A diversidade e quantidade de gêneros presentes na sociedade favorece o contato do professor com todo tipo de gênero, assim como beneficia sua introdução no âmbito dos gêneros discursivos que transitam diariamente em nossa sociedade. Com essa variedade de textos, o educando terá mais fluência para orientar seus alunos na produção, interpretação e leitura autônoma.

De modo geral, os gêneros dos discursos estão compreendidos nos textos, sejam formais ou informais, verbais ou não verbais, visuais, poéticos, literários, didáticos, ou pertencente a quaisquer áreas do conhecimento.

— Papel do leitor

O principal papel do leitor é de dialogar com o autor do texto. Ao ler, o leitor assimila aquilo que foi escrito por alguém e, ao chegar a uma conclusão, acaba por dialogar com uma pessoa que ele sequer conhece. Muitas vezes, o leitor sequer existiu na mesma época do escritor. Mas, mesmo assim, devido às habilidades de escrita e leitura, de ambos os lados, o diálogo entre eles é possível. Ao recomendar um texto (seja um livro, uma notícia, uma poesia, etc.), o leitor é o agente capaz de preservar a vida e a relevância da obra.

MATEMÁTICA

CONCEPÇÃO E COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS DA MATEMÁTICA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

A seguir, serão apresentados os objetivos e habilidades definidos pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para a Educação Básica. A BNCC estabelece diretrizes essenciais para o ensino de matemática, orientando a seleção e a organização dos conteúdos de forma a garantir uma formação integral e consistente para os alunos.

COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS DE MATEMÁTICA PARA O ENSINO FUNDAMENTAL

1. Reconhecer que a Matemática é uma ciência humana, fruto das necessidades e preocupações de diferentes culturas, em diferentes momentos históricos, e é uma ciência viva, que contribui para solucionar problemas científicos e tecnológicos e para alicerçar descobertas e construções, inclusive com impactos no mundo do trabalho¹.

2. Desenvolver o raciocínio lógico, o espírito de investigação e a capacidade de produzir argumentos convincentes, recorrendo aos conhecimentos matemáticos para compreender e atuar no mundo.

3. Compreender as relações entre conceitos e procedimentos dos diferentes campos da Matemática (Aritmética, Álgebra, Geometria, Estatística e Probabilidade) e de outras áreas do conhecimento, sentindo segurança quanto à própria capacidade de construir e aplicar conhecimentos matemáticos, desenvolvendo a autoestima e a perseverança na busca de soluções.

4. Fazer observações sistemáticas de aspectos quantitativos e qualitativos presentes nas práticas sociais e culturais, de modo a investigar, organizar, representar e comunicar informações relevantes, para interpretá-las e avaliá-las crítica e eticamente, produzindo argumentos convincentes.

5. Utilizar processos e ferramentas matemáticas, inclusive tecnologias digitais disponíveis, para modelar e resolver problemas cotidianos, sociais e de outras áreas de conhecimento, validando estratégias e resultados.

6. Enfrentar situações-problema em múltiplos contextos, incluindo-se situações imaginadas, não diretamente relacionadas com o aspecto prático-utilitário, expressar suas respostas e sintetizar conclusões, utilizando diferentes registros e linguagens (gráficos, tabelas, esquemas, além de texto escrito na língua materna e outras linguagens para descrever algoritmos, como fluxogramas, e dados).

7. Desenvolver e/ou discutir projetos que abordem, sobretudo, questões de urgência social, com base em princípios éticos, democráticos, sustentáveis e solidários, valorizando a diversidade de opiniões de indivíduos e de grupos sociais, sem preconceitos de qualquer natureza.

¹ http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EF_EF_110518_versaofinal_site.pdf

8. Interagir com seus pares de forma cooperativa, trabalhando coletivamente no planejamento e desenvolvimento de pesquisas para responder a questionamentos e na busca de soluções para problemas, de modo a identificar aspectos consensuais ou não na discussão de uma determinada questão, respeitando o modo de pensar dos colegas e aprendendo com eles.

MATEMÁTICA NO ENSINO FUNDAMENTAL

Anos Iniciais: Unidades Temáticas, Objetos de Conhecimento e Habilidades

No Ensino Fundamental – Anos Iniciais, deve-se retomar as vivências cotidianas das crianças com números, formas e espaço, e também as experiências desenvolvidas na Educação Infantil, para iniciar uma sistematização dessas noções. Nessa fase, as habilidades matemáticas que os alunos devem desenvolver não podem ficar restritas à aprendizagem dos algoritmos das chamadas “quatro operações”, apesar de sua importância. No que diz respeito ao cálculo, é necessário acrescentar, à realização dos algoritmos das operações, a habilidade de efetuar cálculos mentalmente, fazer estimativas, usar calculadora e, ainda, para decidir quando é apropriado usar um ou outro procedimento de cálculo.

Portanto, a BNCC orienta-se pelo pressuposto de que a aprendizagem em Matemática está intrinsecamente relacionada à compreensão, ou seja, à apreensão de significados dos objetos matemáticos, sem deixar de lado suas aplicações. Os significados desses objetos resultam das conexões que os alunos estabelecem entre eles e os demais componentes, entre eles e seu cotidiano e entre os diferentes temas matemáticos. Desse modo, recursos didáticos como malhas quadriculadas, ábacos, jogos, livros, vídeos, calculadoras, planilhas eletrônicas e softwares de geometria dinâmica têm um papel essencial para a compreensão e utilização das noções matemáticas. Entretanto, esses materiais precisam estar integrados a situações que levem à reflexão e à sistematização, para que se inicie um processo de formalização.

Em todas as unidades temáticas, a delimitação dos objetos de conhecimento e das habilidades considera que as noções matemáticas são retomadas, ampliadas e aprofundadas ano a ano. No entanto, é fundamental considerar que a leitura dessas habilidades não seja feita de maneira fragmentada. A compreensão do papel que determinada habilidade representa no conjunto das aprendizagens demanda a compreensão de como ela se conecta com habilidades dos anos anteriores, o que leva à identificação das aprendizagens já consolidadas, e em que medida o trabalho para o desenvolvimento da habilidade em questão serve de base para as aprendizagens posteriores. Nesse sentido, é fundamental considerar, por exemplo, que a contagem até 100, proposta no 1º ano, não deve ser interpretada como restrição a ampliações possíveis em cada escola e em cada turma. Afinal, não se pode frear a curiosidade e o entusiasmo pela aprendizagem, tão comum nessa etapa da escolaridade, e muito menos os conhecimentos prévios dos alunos.

MATEMÁTICA

Na Matemática escolar, o processo de aprender uma noção em um contexto, abstrair e depois aplicá-la em outro contexto envolve capacidades essenciais, como formular, empregar, interpretar e avaliar – criar, enfim –, e não somente a resolução de enunciados típicos que são, muitas vezes, meros exercícios e apenas simulam alguma aprendizagem. Assim, algumas das habilidades formuladas começam por: “resolver e elaborar problemas envolvendo...”. Nessa enunciação está implícito que se pretende não apenas a resolução do problema, mas também que os alunos reflitam e questionem o que ocorreria se algum dado do problema fosse alterado ou se alguma condição fosse acrescida ou retirada. Nessa perspectiva, pretende-se que os alunos também formulem problemas em outros contextos.

MATEMÁTICA – 1º ANO

UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES
Números	Contagem de rotina Contagem ascendente e descendente Reconhecimento de números no contexto diário: indicação de quantidades, indicação de ordem ou indicação de código para a organização de informações	(EF01MA01) Utilizar números naturais como indicador de quantidade ou de ordem em diferentes situações cotidianas e reconhecer situações em que os números não indicam contagem nem ordem, mas sim código de identificação.
	Quantificação de elementos de uma coleção: estimativas, contagem um a um, pareamento ou outros agrupamentos e comparação	(EF01MA02) Contar de maneira exata ou aproximada, utilizando diferentes estratégias como o pareamento e outros agrupamentos. (EF01MA03) Estimar e comparar quantidades de objetos de dois conjuntos (em torno de 20 elementos), por estimativa e/ou por correspondência (um a um, dois a dois) para indicar “tem mais”, “tem menos” ou “tem a mesma quantidade”.
	Leitura, escrita e comparação de números naturais (até 100) Reta numérica	(EF01MA04) Contar a quantidade de objetos de coleções até 100 unidades e apresentar o resultado por registros verbais e simbólicos, em situações de seu interesse, como jogos, brincadeiras, materiais da sala de aula, entre outros. (EF01MA05) Comparar números naturais de até duas ordens em situações cotidianas, com e sem suporte da reta numérica.
	Construção de fatos básicos da adição	(EF01MA06) Construir fatos básicos da adição e utilizá-los em procedimentos de cálculo para resolver problemas.
	Composição e decomposição de números naturais	(EF01MA07) Compor e decompor número de até duas ordens, por meio de diferentes adições, com o suporte de material manipulável, contribuindo para a compreensão de características do sistema de numeração decimal e o desenvolvimento de estratégias de cálculo.
	Problemas envolvendo diferentes significados da adição e da subtração (juntar, acrescentar, separar, retirar)	(EF01MA08) Resolver e elaborar problemas de adição e de subtração, envolvendo números de até dois algarismos, com os significados de juntar, acrescentar, separar e retirar, com o suporte de imagens e/ou material manipulável, utilizando estratégias e formas de registro pessoais.
Álgebra	Padrões figurais e numéricos: investigação de regularidades ou padrões em sequências	(EF01MA09) Organizar e ordenar objetos familiares ou representações por figuras, por meio de atributos, tais como cor, forma e medida.
	Sequências recursivas: observação de regras usadas utilizadas em seqüências numéricas (mais 1, mais 2, menos 1, menos 2, por exemplo)	(EF01MA10) Descrever, após o reconhecimento e a explicitação de um padrão (ou regularidade), os elementos ausentes em seqüências recursivas de números naturais, objetos ou figuras.

MATEMÁTICA

Geometria	Localização de objetos e de pessoas no espaço, utilizando diversos pontos de referência e vocabulário apropriado	<p>(EF01MA11) Descrever a localização de pessoas e de objetos no espaço em relação à sua própria posição, utilizando termos como à direita, à esquerda, em frente, atrás.</p> <p>(EF01MA12) Descrever a localização de pessoas e de objetos no espaço segundo um dado ponto de referência, compreendendo que, para a utilização de termos que se referem à posição, como direita, esquerda, em cima, embaixo, é necessário explicitar-se o referencial.</p>
	Figuras geométricas espaciais: reconhecimento e relações com objetos familiares do mundo físico	(EF01MA13) Relacionar figuras geométricas espaciais (cones, cilindros, esferas e blocos retangulares) a objetos familiares do mundo físico.
	Figuras geométricas planas: reconhecimento do formato das faces de figuras geométricas espaciais	(EF01MA14) Identificar e nomear figuras planas (círculo, quadrado, retângulo e triângulo) em desenhos apresentados em diferentes disposições ou em contornos de faces de sólidos geométricos.
Grandezas e medidas	Medidas de comprimento, massa e capacidade: comparações e unidades de medida não convencionais	(EF01MA15) Comparar comprimentos, capacidades ou massas, utilizando termos como mais alto, mais baixo, mais comprido, mais curto, mais grosso, mais fino, mais largo, mais pesado, mais leve, cabe mais, cabe menos, entre outros, para ordenar objetos de uso cotidiano.
	Medidas de tempo: unidades de medida de tempo, suas relações e o uso do calendário.	<p>(EF01MA16) Relatar em linguagem verbal ou não verbal, sequência de acontecimentos relativos a um dia, utilizando, quando possível, os horários dos eventos.</p> <p>(EF01MA17) Reconhecer e relacionar períodos do dia, dias da semana e meses do ano, utilizando calendário, quando necessário.</p> <p>(EF01MA18) Produzir a escrita de uma data, apresentando o dia, o mês e o ano, e indicar o dia da semana de uma data, consultando calendários.</p>
	Sistema monetário brasileiro: reconhecimento de cédulas e moedas	(EF01MA19) Reconhecer e relacionar valores de moedas e cédulas do sistema monetário brasileiro para resolver situações simples do cotidiano do estudante.
Probabilidade e estatística	Noções de acaso	(EF01MA20) Classificar eventos envolvendo o acaso, tais como “acontecerá com certeza”, “talvez aconteça” e “é impossível acontecer”, em situações do cotidiano.
	Leitura de tabelas e de gráficos de colunas simples	(EF01MA21) Ler dados expressos em tabelas e em gráficos de colunas simples.
	Coleta e organização de informações Registros pessoais para comunicação de informações coletadas	(EF01MA22) Realizar pesquisa, envolvendo até duas variáveis categóricas de seu interesse e universo de até 30 elemento, e organizar dados por meio de apresentações pessoais.

MATEMÁTICA – 2º ANO

UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES
Números	Leitura, escrita, comparação e ordenação de números de até três ordens pela compreensão de características do sistema de numeração decimal (valor posicional e papel do zero)	(EF02MA01) Comparar e ordenar números naturais (até a ordem de centenas) pela compreensão de características do sistema de numeração decimal (valor posicional e função do zero). (EF02MA02) Fazer estimativas por meio de estratégias diversas a respeito da quantidade de objetos de coleções e registrar o resultado da contagem desses objetos (até 1000 unidades). (EF02MA03) Comparar quantidades de objetos de dois conjuntos, por estimativa e/ou por correspondência (um a um, dois a dois, entre outros), para indicar “tem mais”, “tem menos” ou “tem a mesma quantidade”, indicando, quando for o caso, quantos a mais e quantos a menos.
	Composição e decomposição de números naturais (até 1000)	(EF02MA04) Compor e decompor números naturais de até três ordens, com suporte de material manipulável, por meio de diferentes adições.
	Construção de fatos fundamentais da adição e da subtração	(EF02MA05) Construir fatos básicos da adição e subtração e utilizá-los no cálculo mental ou escrito.
	Problemas envolvendo diferentes significados da adição e da subtração (untar, acrescentar, separar, retirar)	(EF02MA06) Resolver e elaborar problemas de adição e de subtração, envolvendo números de até três ordens, com os significados de juntar, acrescentar, separar, retirar, utilizando estratégias pessoais.
	Problemas envolvendo adição de parcelas iguais (multiplicação)	(EF02MA07) Resolver e elaborar problemas de multiplicação (por 2, 3, 4 e 5) com a ideia de adição de parcelas iguais por meio de estratégias e formas de registro pessoais, utilizando ou não suporte de imagens e/ou material manipulável.
	Problemas envolvendo significados de dobro, metade, triplo e terça parte	(EF02MA08) Resolver e elaborar problemas envolvendo dobro, metade, triplo e terça parte, com o suporte de imagens ou material manipulável, utilizando estratégias pessoais.
Álgebra	Construção de sequências repetitivas e de sequências recursivas	(EF02MA09) Construir sequências de números naturais em ordem crescente ou decrescente a partir de um número qualquer, utilizando uma regularidade estabelecida.
	Identificação de regularidade de sequências e determinação de elementos ausentes na sequência	(EF02MA10) Descrever um padrão (ou regularidade) de sequências repetitivas e de sequências recursivas, por meio de palavras, símbolos ou desenhos. (EF02MA11) Descrever os elementos ausentes em sequências repetitivas e em sequências recursivas de números naturais, objetos ou figuras.
Geometria	Localização e movimentação de pessoas e objetos no espaço, segundo pontos de referência, e indicação de mudanças de direção e sentido	(EF02MA12) Identificar e registrar, em linguagem verbal ou não verbal, a localização e os deslocamentos de pessoas e de objetos no espaço, considerando mais de um ponto de referência, e indicar as mudanças de direção e de sentido.
	Esboço de roteiros e de plantas simples	(EF02MA13) Esboçar roteiros a ser seguidos ou plantas de ambientes familiares, assinalando entradas, saídas e alguns pontos de referência.
	Figuras geométricas espaciais: (cubo, bloco retangular, pirâmide, cone, cilindro e esfera): reconhecimento e características	(EF02MA14) Reconhecer, nomear e comparar figuras geométricas espaciais (cubo, bloco retangular, pirâmide, cone, cilindro e esfera), relacionando-as com objetos do mundo físico.
	Figuras geométricas planas: (círculo, quadrado, retângulo e retângulo): reconhecimento e características	(EF02MA15) Reconhecer, nomear e comparar figuras geométricas planas (círculo, quadrado, retângulo e retângulo), por meio de características comuns, em desenhos apresentados em diferentes disposições ou em sólidos geométricos.

CIÊNCIAS DA NATUREZA

O ENSINO DE CIÊNCIAS NATURAIS NOS ANOS INICIAIS: CONCEPÇÕES, CAPACIDADES/HABILIDADES; ESTRATÉGIAS E PRÁTICAS

O ensino de ciências naturais nos anos iniciais tem um papel fundamental na formação dos estudantes, despertando a curiosidade sobre o mundo ao redor e desenvolvendo habilidades essenciais para o pensamento crítico e a compreensão de fenômenos naturais. A abordagem de ciências nessa fase deve ser lúdica, prática e conectada ao cotidiano dos alunos, buscando construir uma base sólida para estudos mais avançados e para a cidadania consciente.

Neste contexto, abordaremos as concepções do ensino de ciências, as capacidades e habilidades que ele deve desenvolver, além das estratégias e práticas pedagógicas eficazes para o ensino nos primeiros anos do ensino fundamental.

Concepções do Ensino de Ciências Naturais

As concepções sobre o ensino de ciências nos anos iniciais são diversas e evoluíram ao longo do tempo. Inicialmente, o ensino de ciências era pautado pela memorização de conceitos e teorias, mas a tendência atual é o ensino centrado no aluno como agente ativo, que constrói seu próprio conhecimento por meio de investigações e experiências práticas.

As principais concepções que orientam o ensino de ciências são:

1. Ciências como Processo de Investigação

- Enxergar a ciência como um processo investigativo é fundamental. Isso envolve ensinar os alunos a fazer perguntas, levantar hipóteses, realizar experimentos e analisar os resultados. Essa abordagem estimula a curiosidade e o pensamento crítico, permitindo que as crianças desenvolvam uma compreensão mais profunda dos fenômenos naturais.

- Aprender ciências é aprender a investigar, a observar e a compreender a natureza por meio de perguntas e descobertas. Nessa perspectiva, o professor atua como facilitador do processo, orientando os alunos na formulação de questões e na busca por respostas.

2. Interdisciplinaridade

- O ensino de ciências nos anos iniciais não deve ser visto de forma isolada, mas sim conectado a outras áreas do conhecimento, como matemática, geografia, história e até artes. Por exemplo,

o estudo da água pode ser abordado nas ciências sob o ponto de vista da química (propriedades), da geografia (rios e oceanos) e da cidadania (uso sustentável).

3. Contextualização e Cotidiano

- O ensino de ciências deve estar relacionado ao cotidiano dos alunos, para que eles percebam a relevância dos conteúdos na sua vida diária. Temas como alimentação, saúde, meio ambiente, clima e tecnologia são ótimos pontos de partida para discutir conceitos científicos. A contextualização facilita a aprendizagem significativa, em que os alunos compreendem a utilidade do que estão estudando.

4. Desenvolvimento Sustentável e Cidadania

- Ensinar ciências também envolve preparar os alunos para serem cidadãos conscientes, capazes de tomar decisões responsáveis em relação ao meio ambiente e à sociedade. O conceito de sustentabilidade deve estar presente desde cedo, mostrando a importância da preservação dos recursos naturais e do respeito à biodiversidade.

Capacidades e Habilidades Desenvolvidas no Ensino de Ciências

O ensino de ciências nos anos iniciais visa desenvolver uma série de capacidades e habilidades nos alunos, que vão além da compreensão de conceitos científicos. Essas habilidades são fundamentais para a formação de um pensamento crítico e científico, e incluem:

1. Observação e Descrição

- Desde cedo, os alunos são incentivados a observar o ambiente ao seu redor e descrever o que veem. A capacidade de observar atentamente é a base da investigação científica. Ao observar plantas, animais, fenômenos climáticos ou até mesmo objetos cotidianos, as crianças começam a formular perguntas sobre como e por que as coisas acontecem.

2. Curiosidade e Questionamento

- O ensino de ciências desperta a curiosidade natural das crianças e estimula o questionamento. Perguntas como “por que o céu é azul?”, “como as plantas crescem?” ou “o que faz os carros se moverem?” são exemplos de como o interesse pelo mundo ao redor pode levar a investigações científicas.

3. Desenvolvimento de Hipóteses

- Uma habilidade importante no processo investigativo é a capacidade de formular hipóteses. A partir da observação e questionamento, os alunos aprendem a levantar possíveis explicações para os fenômenos observados, mesmo que ainda não tenham respostas definitivas.

4. Coleta e Organização de Dados

- Ao realizar atividades práticas e experimentos, os alunos devem aprender a coletar dados, como medir, contar, registrar informações em gráficos e tabelas. Essas habilidades são fundamentais para interpretar e organizar o conhecimento científico de forma objetiva.

5. Análise e Interpretação

- Após a coleta de dados, os alunos devem ser incentivados a analisar e interpretar os resultados. O que os dados revelam sobre o fenômeno estudado? Isso os ajuda a desenvolver o raciocínio lógico e a fazer conexões entre diferentes informações.

6. Comunicação Científica

- A capacidade de comunicar descobertas e ideias é parte essencial do processo científico. Os alunos são estimulados a relatar suas observações e conclusões por meio de apresentações, relatórios, desenhos e discussões em sala de aula.

Estratégias e Práticas no Ensino de Ciências

O sucesso do ensino de ciências nos anos iniciais depende de estratégias pedagógicas que tornem o aprendizado dinâmico e interessante para as crianças. Entre as práticas mais eficazes estão:

1. Aulas Práticas e Experimentação

- A experimentação é uma das estratégias mais importantes no ensino de ciências. Ao realizar experimentos simples, como misturar substâncias, observar o crescimento de plantas ou testar a flutuabilidade de objetos, os alunos conseguem visualizar os conceitos em ação, tornando o aprendizado mais concreto e significativo.

- Exemplo de prática: Plantar sementes em diferentes condições (luz, sombra, água, sem água) para observar como crescem, incentivando a coleta de dados sobre o desenvolvimento das plantas.

2. Trabalhos em Grupo e Cooperação

- Atividades em grupo são fundamentais para desenvolver a capacidade de trabalhar em equipe, trocar ideias e resolver problemas coletivamente. Os alunos aprendem a colaborar, discutir hipóteses e compartilhar responsabilidades na execução de experimentos e projetos.

3. Projetos Interdisciplinares

- Projetos que integram ciências com outras disciplinas (como matemática, história ou geografia) permitem que os alunos façam conexões entre diferentes áreas do conhecimento. Um exemplo seria um projeto sobre as estações do ano, no qual os alunos podem estudar o ciclo solar (ciências), registrar temperaturas ao longo do tempo (matemática) e entender as mudanças na cultura de diferentes povos (história).

4. Utilização de Tecnologias

- As tecnologias digitais, como vídeos, simulações, aplicativos educativos e até realidade aumentada, podem complementar o ensino de ciências. Ferramentas digitais permitem explorar fenômenos que são difíceis de reproduzir em sala de aula, como o sistema solar ou os ciclos de vida de animais e plantas.

5. Saídas de Campo

- As saídas de campo proporcionam experiências práticas e diretas com o ambiente natural ou científico. Visitas a parques, jardins botânicos, museus de ciência ou fazendas são excelentes maneiras de enriquecer o conhecimento dos alunos e conectá-los com o mundo ao redor.

- Essas experiências ajudam os alunos a relacionar o que aprendem em sala de aula com o mundo real, reforçando conceitos como ecossistemas, biodiversidade e recursos naturais.

6. Jogos e Atividades Lúdicas

- O uso de jogos educativos e atividades lúdicas é uma forma eficaz de motivar os alunos. Jogos de ciência, como quebra-cabeças sobre o ciclo da água, ou competições de “quizzes” científicos, ajudam a fixar os conceitos de forma divertida e interativa.

MATÉRIA E ENERGIA: CARACTERÍSTICAS E PROPRIEDADES DOS MATERIAIS; TRANSFORMAÇÕES REVERSÍVEIS E NÃO REVERSÍVEIS; MISTURAS; CADEIAS ALIMENTARES SIMPLES

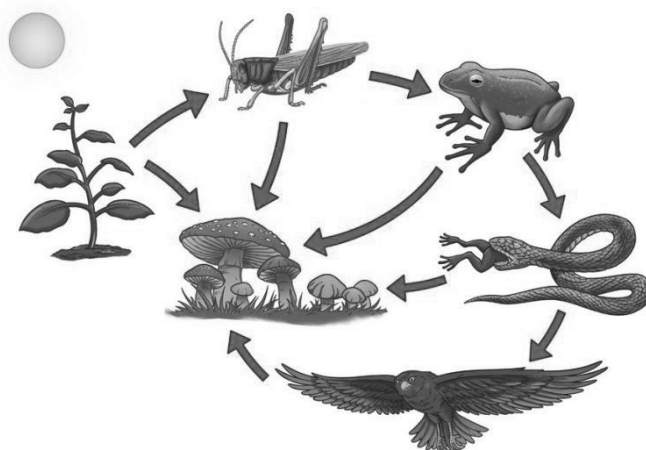
Todo ecossistema é autossuficiente e envolve fatores bióticos e abióticos. Os fatores bióticos são divididos em: produtores, consumidores e decompositores:

Produtores: são sempre autótrofos, produzem alimento que será usado na cadeia, e por isso estão obrigatoriamente no início de qualquer cadeia alimentar. A energia transformada a partir da luz solar e do gás carbônico será repassada a todos os outros componentes restantes da cadeia ecológica. Os principais produtores conhecidos são plantas e algas microscópicas (fitoplâncton).

Consumidores: são os organismos que necessitam alimentar-se de outros organismos para obter a energia que eles não podem produzir para si próprios. Vão-se alimentar dos autótrofos e de outros heterótrofos podendo ser consumidores primários, consumidores secundários, consumidores terciários e assim por diante. Na alimentação, nem toda a energia obtida será integralmente usada, isto é, parte dessa energia não será absorvida e será eliminada com as fezes; outra parte será dissipada em forma de calor. Assim, grande parte da energia será “perdida” no decorrer de uma cadeia alimentar, diminuindo sempre a cada nível. Podemos, então, dizer que o fluxo de energia num ecossistema é unidirecional começando sempre com a luz solar incidindo sobre os produtores, e diminuindo a cada nível alimentar dos consumidores.

Decompositores: são organismos que atuam exatamente em papel contrário ao dos produtores. Eles transformam matéria orgânica em matéria inorgânica, reduzindo compostos complexos em moléculas simples, fazendo que estes compostos retornem ao solo para serem utilizados novamente por outro produtor, gerando uma nova cadeia alimentar. Os decompositores mais importantes são bactérias e fungos. Por se alimentarem de matéria em decomposição são considerados saprófitos.

O conjunto de uma série de ecossistemas é chamado de teia alimentar. Nesse caso, várias teias se entrelaçam, fazendo que as relações ecológicas sejam múltiplas e o alimento disponível possa ser utilizado por vários indivíduos, realmente compondo um ecossistema.



Fonte: <http://animais.culturamix.com/blog/wp-content/gallery/cadeiaalimentar/Cadeia-Alimentar-dos-Animais-3.jpg>

Produtividade do ecossistema

Necessidades Energéticas

Todo ser vivo necessita de energia, que é utilizada para:

1. Construção do organismo
2. Realização de suas atividades (manutenção de temperatura, reações químicas etc.)

Os seres vivos são constituídos por moléculas orgânicas, ou seja, macromoléculas, formadas por extensas cadeias de carbono. Quanto maior for a molécula, maior será a quantidade de energia nela armazenada e disponível para as necessidades metabólicas do ser vivo.

- Produtividade Primária Bruta (PPB)

A atividade de um ecossistema pode ser avaliada pela Produtividade Primária Bruta (PPB), que corresponde ao total de matéria orgânica produzida, durante determinado tempo, numa certa área ambiental.

- Produtividade Primária Líquida (PPL)

A produtividade primária líquida (PPL) corresponde a produtividade primária bruta menos a quantidade de energia consumida pelo vegetal na respiração (R).

$$PPL = PPB - R$$

- Produtividade Secundária Bruta (PSB)

É a quantidade de energia obtida pelos consumidores primários ao comerem os produtores.

- Produtividade Secundária Líquida (PSL)

Trata-se da produtividade secundária bruta menos a energia dispendida na respiração dos consumidores.

$$PSL = PSB - R$$

- Produtividade Terciária Bruta (PTB)

É a quantidade de energia obtida pelos consumidores secundários ao comerem os produtores.

- Produtividade Terciária Líquida (PTL)

É a produtividade terciária bruta menos a energia consumida na respiração dos carnívoros.

Características do Fluxo Energético

1. O sol é a fonte de energia para os seres vivos.
2. A maior quantidade de energia está nos produtores
3. À medida que nos afastamos do produtos, o nível energético vai diminuindo.
4. A energia que sai dos seres vivos não é aproveitada.
5. O fluxo energético é unidirecional.

Eficiência ecológica

Representa a porcentagem de energia transferida de um nível trófico para o outro, em uma cadeia alimentar. De modo geral, essa eficiência é, aproximadamente, de apenas 10%, ou seja, cerca de 90% da energia total disponível em um determinado nível trófico não são transferidos para a seguinte, sendo consumidos na atividade metabólica dos organismos do próprio nível ou perdidos como restos. Em algumas comunidades, porém a eficiência pode chegar a 20%.

Biosfera

Ainda não temos conhecimento da existência de outro lugar no Universo, além da Terra, onde aconteça o fenômeno a que chamamos de vida. A vida na Terra é possível porque a luz do Sol chega até aqui. Graças a sua posição em relação ao Sol, o nosso planeta recebe uma quantidade de energia solar que permite a existência da água em estado líquido, e não apenas em estado sólido (gelo) ou gasoso (vapor). A água é essencial aos organismos vivos. A presença de água possibilita a vida das plantas e de outros seres capazes de produzir alimento a partir da energia solar e permite também, indiretamente, a sobrevivência de todos os outros seres vivos que se alimentam de plantas ou animais. Pela fotossíntese que há a absorção de água e gás carbônico e liberação de oxigênio, a energia do Sol é transformada em um tipo de energia presente nos açúcares, que pode então ser aproveitada por seres que realizam esse processo e por outros seres a eles relacionados na busca por alimento. A Terra pode ser dividida assim:

- **Litosfera** - a parte sólida formada a partir das rochas;
- **Hidrosfera** - conjunto total de água do planeta (seus rios, lagos, oceanos);
- **Atmosfera** - a camada de ar que envolve o planeta;
- **Biosfera** - as regiões habitadas do planeta.

Biosfera é o conjunto de todos os ecossistemas da Terra. É um conceito da Ecologia, relacionado com os conceitos de litosfera, hidrosfera e atmosfera. Incluem-se na biosfera todos os organismos vivos que vivem no planeta, embora o conceito seja geralmente alargado para incluir também os seus habitats.

A biosfera inclui todos os ecossistemas que estão presentes desde as altas montanhas (até 10.000 m de altura) até o fundo do mar (até cerca de 10.000 m de profundidade). Nesse diferentes locais, as condições ambientais também variam. Assim, a seleção natural atua de modo diversificado sobre os seres vivos em cada região. Sob grandes profundidades no mar, por exemplo, só sobrevivem seres adaptados à grande pressão que a água exerce sobre eles e a baixa (ou ausente) luminosidade. Já nas grandes altitudes montanhosas, sobrevivem seres adaptados a baixas temperaturas e ao ar rarefeito. Na biosfera, portanto, o ar, a água, o solo, a luz são fatores diretamente relacionados à vida.

Habitat e Nicho Ecológico

Os ecólogos usam o termo **habitat** para designar o lugar específico onde organismo vive, e a expressão **nicho ecológico** para significar o papel que organismo exerce no ecossistema.

Costuma-se dizer que: **habitat** corresponde ao “endereço” de uma espécie, enquanto **nicho ecológico** representa sua “profissão”. Então, se pretendemos encontrar uma espécie, basta saber-lhe o habitat: conhecendo o seu nicho, temos condições de dizer como, onde e à custo de quem se alimenta, para quem serve de alimento e como se reproduz.

Quando dizemos que um determinado inseto pode ser encontrado em determinada planta, estamos nos referindo ao seu habitat. Se, ao contrário, citarmos seus hábitos, alimentação e reprodução, salientamos o seu nicho ecológico.

Cadeias Alimentares

As cadeias alimentares, ou cadeias tróficas, é uma sequência dos seres vivos na qual uns comem aqueles que os antecedem na cadeia, antes de serem comidos por aqueles que os seguem. A cadeia representa a transferência unidirecional de energia através de uma série de seres vivos.

Os elos de uma cadeia alimentar são os níveis tróficos e incluem:

- **Produtores:** os vegetais fotossintetizantes que transformam a energia solar em energia química contida nos alimentos.
- **Consumidores primários:** os herbívoros, isto é, os seres que se alimentam de plantas.
- **Consumidores secundários:** os carnívoros que se alimentam dos herbívoros. Poderá, ainda, haver consumidores terciários e quaternários que se alimentam, respectivamente, de consumidores secundários e terciários.
- **Decompositores:** as bactérias e os fungos que se alimentam dos restos alimentares dos demais seres vivos. Esses microrganismos têm o importante papel de devolver ao ambiente nutrientes minerais que existiam nesses restos alimentares. Os nutrientes poderão, assim, ser reutilizados pelos produtores. Os decompositores efetuam, dessa forma, uma reciclagem dos nutrientes minerais ao “desmanchar” a matéria orgânica existem nos restos de outros seres vivos.

IMPORTANTE

1. A energia é unidirecional.
2. A matéria é cíclica.

Níveis Tróficos

1. O conjunto de indivíduos que se nutre no mesmo patamar alimentar, ou seja, alimentam-se basicamente dos mesmos nutrientes e estão colocados em um mesmo nível trófico.

CIÊNCIAS HUMANAS

REPRESENTAÇÃO CARTOGRÁFICA POR MEIO DOS MAPAS

Introdução

A cartografia é a ciência e a arte de elaborar mapas, sendo essencial para a compreensão do espaço geográfico. Desde as civilizações antigas, como os babilônios e egípcios, até a era moderna com o uso de tecnologias avançadas, a criação de mapas tem sido fundamental para que as sociedades naveguem, explorem e compreendam o mundo ao seu redor. Hoje, os mapas estão presentes em nosso cotidiano, seja em aplicativos de geolocalização ou em materiais educacionais, desempenhando um papel crucial para o planejamento urbano, a gestão ambiental e diversas outras áreas.

Os mapas são representações gráficas reduzidas da superfície terrestre ou de partes dela, permitindo a visualização de elementos físicos e culturais de maneira organizada. Ao longo do tempo, a cartografia evoluiu significativamente, passando de simples esboços a representações detalhadas e complexas, que utilizam projeções e símbolos para transmitir informações com precisão. A função de um mapa pode variar de acordo com o seu objetivo: eles podem ilustrar fronteiras políticas, características naturais, densidade populacional, entre outros. Para tanto, é fundamental compreender os tipos de mapas e os recursos cartográficos que os constituem.

Projeções Cartográficas

Uma das maiores dificuldades em representar o planeta em um plano bidimensional é que a Terra tem uma forma esférica. Para resolver esse problema, os cartógrafos utilizam projeções cartográficas, que são métodos matemáticos para transpor a superfície curva da Terra em uma folha de papel ou uma tela. No entanto, toda projeção causa algum tipo de distorção, seja de forma, área, distância ou direção.

Existem várias projeções cartográficas, cada uma com suas particularidades. As principais são:

-Projeção cilíndrica: A superfície terrestre é projetada em um cilindro. Um exemplo famoso é a projeção de Mercator, amplamente utilizada para navegação marítima. Apesar de manter as formas dos continentes, essa projeção distorce as áreas, especialmente em regiões próximas aos polos.

-Projeção cônica: A Terra é projetada sobre um cone tangente a um paralelo. Essa projeção é ideal para representar regiões de médias latitudes, como a Europa e a América do Norte, pois minimiza as distorções nessas áreas.

-Projeção azimutal: Projetada em um plano tangente à Terra em um ponto específico, essa projeção preserva as distâncias em relação ao ponto de tangência, sendo usada frequentemente para mapas de regiões polares.

Cada projeção serve a um propósito específico. Por exemplo, mapas mundiais geralmente usam projeções cilíndricas, enquanto os mapas de rotas de voo podem usar projeções azimutais para calcular distâncias mais precisas. Escolher a projeção correta é fundamental para evitar interpretações errôneas dos dados geográficos.

Elementos de um Mapa

Para que um mapa seja útil e compreensível, ele deve conter certos elementos cartográficos que auxiliam na leitura e interpretação das informações. Entre os principais elementos de um mapa, destacam-se:

-Título: Indica o tema ou a área que o mapa representa, sendo o primeiro ponto de referência para o leitor.

-Legenda: Explica o significado dos símbolos e cores usados no mapa. Por exemplo, rios podem ser representados em azul, enquanto áreas urbanas aparecem em cinza.

-Escala: A escala representa a relação entre a distância no mapa e a distância real no terreno. Existem escalas numéricas (1:100.000) e gráficas (uma barra que indica a relação entre as distâncias).

-Orientação: Geralmente, a orientação é indicada por uma rosa dos ventos, onde o norte é a principal direção apontada.

-Coordenadas geográficas: Os paralelos e meridianos formam uma grade que permite a localização exata de qualquer ponto na superfície terrestre.

Esses elementos fornecem as ferramentas necessárias para interpretar corretamente o conteúdo do mapa, seja para calcular distâncias, localizar um ponto específico ou entender a distribuição de fenômenos em uma região.

Escalas Cartográficas

A escala é um dos aspectos mais importantes de um mapa, pois define o nível de detalhe com que uma área é representada. A escala numérica indica quantas vezes a realidade foi reduzida, como em 1:50.000, onde 1 unidade no mapa corresponde a 50.000 unidades no mundo real. Já a escala gráfica é uma linha segmentada que mostra diretamente essa relação, facilitando o uso em situações onde a escala numérica não é prática.

Existem dois tipos principais de escalas:

-Pequena escala: Utilizada para representar grandes áreas, como países ou continentes, com menos detalhes. Um exemplo seria um mapa-múndi com escala de 1:1.000.000.

-Grande escala: Utilizada para representar áreas menores com maior detalhe, como um bairro ou uma cidade. Um exemplo seria um mapa com escala de 1:5.000, que permite a visualização de ruas, quarteirões e edifícios.

A escala influencia diretamente a precisão com que podemos medir distâncias no mapa. Por exemplo, em mapas topográficos, onde é necessário um alto nível de detalhe, as grandes escalas são preferidas para garantir uma representação fiel da realidade.

Mapas Temáticos e Topográficos

Os mapas temáticos e mapas topográficos têm finalidades distintas, embora ambos sejam amplamente utilizados em diferentes áreas do conhecimento.

-Mapas temáticos: São focados em representar um tema específico, como dados populacionais, climáticos, econômicos ou geológicos. Um exemplo é o mapa de densidade populacional, que utiliza cores e padrões para mostrar como a população está distribuída em determinada região. Esses mapas são amplamente usados em estudos acadêmicos e no planejamento público.

-Mapas topográficos: Representam as características físicas da superfície da Terra, como relevo, hidrografia e vegetação, em grande detalhe. Eles utilizam curvas de nível para mostrar as variações de altitude, sendo cruciais para atividades como engenharia civil, agricultura e ecologia. Esses mapas são essenciais para o estudo de terrenos e para obras de infraestrutura.

Ambos os tipos de mapas são ferramentas valiosas, tanto para a compreensão de fenômenos naturais quanto para a análise de dados socioeconômicos e culturais.

Conclusão

Os mapas são ferramentas indispensáveis para o estudo e a compreensão do espaço geográfico. Desde os primórdios da civilização, eles evoluíram de representações rudimentares para sofisticadas construções cartográficas, que ajudam na tomada de decisões estratégicas em áreas como transporte, planejamento urbano e gestão ambiental. A tecnologia, como os sistemas de informação geográfica (SIG) e a cartografia digital, tem revolucionado essa ciência, tornando os mapas mais precisos, dinâmicos e acessíveis.

Além de facilitar a navegação e a localização, os mapas desempenham um papel crucial no entendimento de fenômenos naturais e sociais. Eles são fundamentais para o planejamento territorial e ambiental, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e para o bem-estar das populações. Assim, a cartografia continuará a ser uma ciência essencial para o avanço das sociedades e para a gestão eficiente do espaço geográfico.

PRIMEIRAS NOÇÕES ESPACIAIS, OS PRIMEIROS CONCEITOS

Introdução

As primeiras noções espaciais são fundamentais para o desenvolvimento do pensamento geográfico e para a compreensão da relação entre os seres humanos e o ambiente. Desde cedo, a percepção do espaço está presente nas interações cotidianas, seja ao se orientar em uma sala, uma cidade ou um território mais amplo. Essas noções envolvem a capacidade de reconhecer distâncias, posições, direções e formas, além de relacionar objetos e lugares entre si. O estudo dessas noções não apenas fundamenta a cartografia, mas também o entendimento das dinâmicas que regem o espaço geográfico.

No campo da geografia e da educação, essas primeiras noções são essenciais para que crianças e estudantes desenvolvam uma percepção espacial adequada, facilitando sua capacidade de análise e de organização de informações. Conceitos como orientação, localização e representação espacial são os primeiros passos para o desenvolvimento do raciocínio geográfico, que mais tarde se torna fundamental para interpretar mapas e compreender fenômenos geográficos complexos.

Localização e Orientação

Os conceitos de localização e orientação são os primeiros que uma pessoa desenvolve ao interagir com o espaço ao seu redor. Localizar algo significa identificar sua posição em relação a outros objetos ou pontos de referência. Desde os primeiros anos de vida, aprendemos a localizar objetos em relação a nós mesmos (em cima, embaixo, à esquerda, à direita), o que forma a base para a compreensão mais avançada do espaço geográfico.

A orientação está intimamente ligada à localização, pois envolve a capacidade de se situar em relação a direções cardeais (norte, sul, leste e oeste). A orientação também pode ser baseada em referências naturais, como o Sol ou as estrelas, ou em estruturas artificiais, como ruas e edifícios. Nos tempos antigos, a observação dos astros era essencial para que navegadores se orientassem no mar, e mesmo na vida cotidiana, referências visuais são usadas para determinar posições.

Ao aprender a se orientar, o indivíduo começa a desenvolver a capacidade de construir representações mentais do espaço, algo que será essencial para a leitura de mapas e para a compreensão de conceitos mais complexos, como a distribuição de fenômenos geográficos.

Noções de Distância e Escala

Outro conceito fundamental nas primeiras noções espaciais é o de distância. Desde cedo, começamos a perceber que objetos próximos parecem maiores e mais nítidos, enquanto aqueles que estão distantes parecem menores e mais desfocados. Essa percepção é o primeiro passo para entender a escala, que é a relação entre as dimensões de um objeto no mapa e na realidade. No contexto espacial, a compreensão de distâncias ajuda a construir uma visão mais precisa do mundo ao redor.

No estudo da geografia, a escala cartográfica é fundamental, pois permite representar grandes áreas do mundo em um espaço limitado, como um mapa. As crianças começam a aprender sobre distância de maneira prática, seja andando de um lugar a outro ou

observando diferentes objetos, o que, posteriormente, evolui para a compreensão de escalas numéricas e gráficas nos mapas. Entender a escala é essencial para realizar leituras corretas de mapas e compreender as relações entre diferentes lugares.

Relações Espaciais e Interdependência

As noções espaciais envolvem também a percepção das relações espaciais entre os objetos e lugares. Isso significa entender que diferentes espaços não estão isolados, mas sim conectados e interdependentes. Por exemplo, em uma cidade, as pessoas se deslocam de suas casas para o trabalho, para a escola e para os centros comerciais, estabelecendo fluxos e dinâmicas que conectam diferentes pontos do espaço urbano.

Essa interdependência se estende a escalas maiores, como a relação entre diferentes regiões de um país ou entre países no contexto global. Compreender essas relações espaciais é crucial para o estudo de fenômenos como migrações, redes de transporte e comércio internacional. Nas primeiras noções espaciais, a criança aprende que objetos e lugares têm significados não apenas por si mesmos, mas também por suas relações com outros lugares.

Representações Espaciais: Mapas e Desenhos

Um dos principais desafios das primeiras noções espaciais é a transição da percepção direta do espaço para sua representação em mapas e desenhos. As crianças, por exemplo, começam desenhando suas casas, suas ruas ou lugares que conhecem, criando representações simplificadas do ambiente em que vivem. Esse processo de desenhar e interpretar representações espaciais é essencial para a construção de um raciocínio espacial mais sofisticado.

Os mapas mentais, que são representações internas que fazemos dos lugares, são um exemplo dessas primeiras representações espaciais. Eles nos ajudam a navegar e nos orientar no ambiente. Com o tempo, esses mapas mentais se tornam mais precisos e detalhados, permitindo que o indivíduo compreenda espaços maiores e mais complexos.

Aprender a interpretar mapas, diagramas e outras formas de representação espacial é uma habilidade crucial para qualquer estudo geográfico ou científico. A prática de usar mapas desde cedo facilita o desenvolvimento de um raciocínio lógico e espacial, essencial para diversas disciplinas, como matemática, geografia e ciências.

Conclusão

As primeiras noções espaciais são os pilares sobre os quais construímos nossa compreensão do mundo ao nosso redor. A capacidade de se localizar, se orientar e entender as relações espaciais é desenvolvida desde os primeiros anos de vida e continua a evoluir ao longo do tempo. Esses conceitos formam a base para o estudo da cartografia e da geografia, além de serem essenciais para a vida cotidiana, ajudando-nos a navegar e a compreender o espaço em que vivemos.

Com o avanço da educação e o uso de novas tecnologias, como os sistemas de informações geográficas (SIG), essas noções são cada vez mais reforçadas e expandidas. Assim, compreender os conceitos básicos de localização, distância, orientação e representação espacial não apenas facilita a leitura de mapas, mas também prepara o indivíduo para lidar com os desafios de um mundo globalizado e em constante transformação.

O ALFABETO CARTOGRÁFICO E OS PROCESSOS DE RACIOCÍNIO

Introdução

O alfabeto cartográfico é o conjunto de símbolos, convenções e elementos gráficos utilizados na elaboração de mapas, permitindo a transmissão de informações espaciais de forma clara e precisa. Assim como as letras formam palavras em um texto, os símbolos cartográficos formam uma “linguagem visual” que permite ao leitor interpretar fenômenos geográficos representados em mapas. Compreender essa linguagem é fundamental para decodificar as informações e desenvolver processos de raciocínio espacial.

Os processos de raciocínio relacionados ao uso do alfabeto cartográfico são centrais para a leitura e interpretação de mapas. Eles envolvem habilidades como a análise de dados espaciais, a identificação de padrões e a compreensão de como diferentes elementos interagem no espaço. Neste texto, vamos explorar os principais componentes do alfabeto cartográfico e como eles contribuem para o desenvolvimento do raciocínio espacial.

O Alfabeto Cartográfico: Símbolos e Convenções

O alfabeto cartográfico é composto por uma variedade de símbolos gráficos que representam diferentes elementos da superfície terrestre. Esses símbolos são padronizados para garantir que mapas diferentes possam ser lidos e compreendidos por qualquer pessoa, independentemente de quem os produziu. Os principais componentes desse alfabeto incluem:

- **Cores:** As cores são utilizadas para diferenciar áreas e temas específicos. Por exemplo, o azul costuma representar corpos d’água (rios, lagos e oceanos), o verde indica áreas de vegetação, e o marrom ou cinza é frequentemente usado para montanhas e áreas de relevo.

- **Linhas:** Diferentes tipos de linhas são empregadas para representar fronteiras, estradas, ferrovias e outros limites. Linhas contínuas geralmente indicam fronteiras internacionais, enquanto linhas tracejadas podem representar limites menos definidos ou fronteiras estaduais.

- **Pontos:** Pontos de tamanhos variados são usados para indicar cidades, vilas, centros populacionais ou marcos geográficos importantes. A escala e a função do ponto variam conforme o tipo de mapa.

- **Formas geométricas:** Símbolos como círculos, quadrados e triângulos representam estruturas humanas, como fábricas, igrejas, hospitais, ou fenômenos naturais, como montanhas e vulcões.

- **Textos e rótulos:** As palavras e números que acompanham os mapas são essenciais para nomear locais, descrever altitudes ou fornecer outras informações relevantes.

Esses elementos gráficos formam uma “gramática” visual que permite a comunicação de informações complexas de forma acessível. Entender esse alfabeto cartográfico é essencial para a leitura

eficaz de qualquer tipo de mapa, desde mapas físicos e políticos até mapas temáticos mais específicos, como os climáticos ou econômicos.

Escala e Simbologia: Relação com o Espaço Real

A escala é um elemento central no alfabeto cartográfico, pois define a relação entre a realidade e a representação no mapa. A escala numérica, como discutido anteriormente, é a razão entre a distância no mapa e a distância real no terreno. Para mapas de grandes áreas, utiliza-se uma pequena escala, com menor detalhamento, enquanto áreas menores e mais detalhadas são representadas em grande escala.

A simbologia utilizada nos mapas é ajustada de acordo com a escala. Em mapas de pequena escala, como os de países ou continentes, cidades podem ser representadas por um simples ponto, enquanto em mapas de grande escala, como um mapa de bairro, os mesmos pontos podem ser substituídos por representações mais detalhadas de ruas, edifícios e marcos locais. Isso demonstra como a relação entre espaço real e espaço representado é fundamental para a compreensão de um mapa.

Assim, o entendimento da escala e da simbologia adequados ao tipo de mapa é uma das primeiras habilidades necessárias para interpretar corretamente os dados apresentados. O raciocínio espacial envolve saber identificar quais elementos do mapa estão sendo destacados e como eles se relacionam com o espaço real.

Processos de Raciocínio Espacial

O raciocínio espacial envolve uma série de habilidades cognitivas que nos permitem entender e interagir com o espaço ao nosso redor, e isso inclui a interpretação de mapas. Entre os principais processos de raciocínio associados ao uso do alfabeto cartográfico, destacam-se:

- **Leitura e interpretação de símbolos:** A capacidade de reconhecer e decodificar os símbolos cartográficos é a base do raciocínio espacial. Isso inclui identificar o que um símbolo representa, entender sua escala e relacioná-lo com outros elementos do mapa.

- **Identificação de padrões espaciais:** O raciocínio espacial também envolve a habilidade de identificar padrões e distribuições no espaço. Isso é especialmente importante em mapas temáticos, onde a disposição de fenômenos como densidade populacional, variação climática ou uso da terra pode revelar tendências geográficas importantes.

- **Compreensão de proporções e distâncias:** Calcular distâncias e compreender proporções em um mapa é uma habilidade fundamental. Isso permite que o leitor estimule, por exemplo, o tempo necessário para viajar entre dois pontos ou a extensão de uma área geográfica.

- **Análise da relação entre elementos:** O raciocínio espacial também envolve a análise de como diferentes elementos do mapa se relacionam. Um exemplo clássico é a análise de redes de transporte, que exige a compreensão de como estradas, ferrovias e rios conectam diferentes áreas e facilitam o fluxo de pessoas e mercadorias.

Esses processos de raciocínio são fundamentais para o estudo de fenômenos geográficos e para a tomada de decisões em várias áreas, como planejamento urbano, agricultura e gestão de recursos naturais.

O Papel da Tecnologia no Alfabeto Cartográfico

Nos últimos anos, o desenvolvimento de tecnologias como os Sistemas de Informação Geográfica (SIG) e a cartografia digital tem transformado a maneira como o alfabeto cartográfico é utilizado. Com o uso de SIG, é possível criar mapas interativos e dinâmicos que oferecem uma representação ainda mais precisa e detalhada do espaço. Isso inclui a possibilidade de alterar camadas de informação, realizar análises espaciais complexas e visualizar mudanças temporais.

A cartografia digital também possibilitou a criação de mapas com níveis variáveis de detalhe, de acordo com a necessidade do usuário. Aplicativos de navegação, por exemplo, usam mapas que mudam de escala automaticamente conforme o usuário se aproxima ou se afasta de um ponto. Essa flexibilidade de visualização e manipulação de dados reforça o papel do alfabeto cartográfico como uma ferramenta dinâmica e versátil para o raciocínio espacial.

Conclusão

O alfabeto cartográfico é um sistema de símbolos e convenções essenciais para a representação do espaço geográfico. Ele permite que informações complexas sobre a Terra sejam transmitidas de forma clara e eficiente, facilitando o desenvolvimento do raciocínio espacial. Entender esse alfabeto e aplicá-lo de forma crítica é fundamental para qualquer pessoa que utilize mapas, seja para fins acadêmicos, profissionais ou cotidianos.

Além disso, o avanço tecnológico na área da cartografia continua a expandir as possibilidades do uso desse alfabeto, permitindo uma análise cada vez mais detalhada e interativa do espaço geográfico. Assim, a compreensão do alfabeto cartográfico e dos processos de raciocínio espacial não é apenas uma habilidade técnica, mas uma ferramenta poderosa para interpretar e transformar o mundo ao nosso redor.

OS ESPAÇOS LIVRES E ÁREAS VERDES DO LUGAR DE VIVÊNCIA DA CRIANÇA

Introdução

Os espaços livres e as áreas verdes desempenham um papel crucial no desenvolvimento físico, social e emocional das crianças. No ambiente urbano, esses espaços representam uma oportunidade para interação com a natureza, brincadeiras ao ar livre e socialização, atividades que são fundamentais para o crescimento saudável. Além de proporcionar um lugar para lazer e convivência, áreas verdes contribuem para a qualidade de vida das famílias e exercem uma função ambiental importante, atuando na regulação do clima e na preservação da biodiversidade.

O contato com esses espaços permite que as crianças desenvolvam uma relação mais profunda com o ambiente, aprendendo desde cedo sobre a importância da preservação ambiental e da sustentabilidade.